

## MARIO RAFFAELLI

Foi como Secretário de Estado da Cooperação do Governo Italiano que tomou contacto com a realidade africana, especialmente a subsaariana. Foi nomeado representante do governo para as conversações e acabou por ser negociador chefe das mesmas que culminaram com o Acordo de Paz de Roma. Tem desempenhado entretanto várias missões de negociação no mundo africano especialmente na Somália e de novo em Moçambique.

Projecto: Caminhos da Paz (2010)

Italiano

**P.: Costuma usar uma história para indicar o que considera serem as duas perspectivas para olhar os problemas em África. Quer contá-la e dizer-nos o que ela significa para si?**

MR: Numa das minhas primeiras viagens à África, recordo que estava descendo uma estrada com um comboio militar, uma estrada cheia de curva e deserta porque estávamos numa situação de guerra. É quando, de repente, nessa estrada deserta nos deparamos com uma garota com o seu burro que carregava dois sacos de farinha.

O burro, obviamente agitado pelo susto que levou com o comboio militar, derramou no chão os dois sacos de farinha que essa menina levava. Obviamente, o carro levou um certo tempo para fazer toda essa curva, então tive todo o tempo para ver essa garota, que antes de tudo não estava entendendo nada daquilo que estava acontecendo por causa da farinha que se espalhou pelo ar e ela tentava desesperadamente recolher a farinha com as mãos, algo que era impossível. Portanto, enquanto me distanciava fiquei chocado com essa imagem de tragédia absoluta e sem solução. Comecei a pensar no destino dessa garotinha quando voltasse para casa, sem essa riqueza imensa, para a sua vida e para a sua família. Então pensei também que era injusto que pudessem acontecer tragédias assim tão banais, mas com efeitos tão trágicos. Então era preciso fazer alguma coisa para impedir que se criassem situações deste tipo.

Naquele momento, além de ter essa forte impressão, comecei também a amadurecer a ideia de que na acção humana, especialmente quando se enfrentam problemas como aqueles políticos e, particularmente, aqueles ligados ao processo de estabilidade e de Paz, é indispensável que haja

dois componentes: um é o impulso ideal, o impulso também em direcção à utopia, em direcção às coisas que parecem impossíveis e a outra a possibilidade de dar soluções pragmáticas, concretas, imediatas.

Infelizmente muitas vezes, na acção internacional esses dois componentes são separados. Então, a predicação utópica torna-se um factor frustrante porque não produz resultados, mas por outro lado a gestão pragmática, sem ideais, que geralmente caracteriza as relações internacionais, não produz, por outro lado, nenhum efeito. Então pensei que a chave estava em unir esses dois componentes.

**P.: A sua relação com Moçambique começou na época em que o seu Governo o nomeou para estar a cargo da cooperação. Qual foi o primeiro contacto que teve com Moçambique?**

MR: Eu fui nomeado em 1983, como Subsecretário com a tarefa das relações com os países Africanos, sem ter nenhum conhecimento sobre a África. Portanto, não tinha nenhuma relação com nenhum país em particular. A relação com Moçambique nasceu mais rapidamente por duas razões: a primeira porque, por acaso, tinha amigos, em particular Marco Battisti, que descobri por acaso e que estava trabalhando há anos em Moçambique. A segunda porque estudando a realidade Africana, fiquei rapidamente fascinado pela sua História, não só de Moçambique, mas do conjunto de países que formam a chamada África Austral.

Porque diferentemente de outros países de África, esses países tinham uma história comum, tinham alcançado a Independência muito recentemente e tinham também uma cooperação entre eles, seja prática através do SADCC<sup>1</sup>, que foi o primeiro organismo de cooperação regional africana, seja política porque todos tinham problemas em confrontar o *apartheid* da África do Sul e as consequências que o *apartheid* da África do Sul provocava também naqueles países.

Então havia, por um lado, um interesse de tipo cultural e, por outro, um de tipo pessoal, emotivo. De novo, um exemplo de como a racionalidade e paixão se podem unir.

**P.: A cooperação entre Moçambique e Itália estava a aumentar de forma que a Itália passou a ser o parceiro ocidental mais importante para Moçambique...**

---

<sup>1</sup> SADCC (Southern Africa Development Co-ordination Conference ou Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), criada em 1980 por nove dos estados membros.

MR: Assim que comecei a interessar-me por Moçambique, eu descobri que já havia uma relação especial existente entre a Itália e este país que me chamou a atenção. Porque, obviamente Moçambique não era uma ex-colónia Italiana, portanto, entendi que ali havia uma escolha política em ter-se colocado Moçambique como país prioritário. Estudando essa relação, dei-me conta de que essa origem vinha inclusive dos anos 70.

Em 1970 houve um congresso em Roma organizado por uma comissão que representava todas as forças políticas do Parlamento Italiano, que apoiava os movimentos de libertação dos países lusófonos, portanto, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Daí nasceu uma cooperação, antes conduzida por voluntários de ONGs, e também institucional como o município de Reggio Emilia que começou a ter um papel importante com as áreas de Moçambique onde já operava a guerrilha, ou até mesmo em algumas regiões assim chamadas libertadas. Também uma relação não só com o mundo político, mas também com a Igreja, porque naquela ocasião os três líderes, que estavam presentes em Roma, encontraram-se com o Papa Paulo VI, o que foi um acto de muita importância, porque se tratavam de movimentos de libertação que operavam contra um país catolicíssimo como Portugal.

Depois da independência, a Itália foi o primeiro país ocidental a reconhecer Angola e Moçambique em 1975 e desenvolveu-se também uma cooperação governativa mais consistente. De facto, quando eu cheguei essa cooperação era já muito consistente e eu sempre a valorizei até ao ponto de fazer de Moçambique o primeiro parceiro de Itália. Obviamente, quando digo eu, refiro-me ao Ministério das Relações Exteriores, não era obviamente uma escolha pessoal, mas na qual eu colocava também um empenho pessoal.

**P.: A cooperação entre Itália e Moçambique teve dificuldades, quando dois Italianos foram mortos num ataque à barragem de Corumana. Foi enviado para Moçambique para resolver esse problema. O que aconteceu?**

MR: Eu não estava ainda em Moçambique quando aconteceu um facto que abalou muito a opinião pública Italiana. Porque houve um ataque da RENAMO a uma das barragens, uma das duas grandes barragens que a Itália estava construindo, Pequenos Libombos e Corumana, atirando um morteiro para dentro do estaleiro das obras. Num outro caso, houve uma morte misteriosa atribuída à RENAMO, em que dois técnicos Italianos da barragem de Corumana foram mortos.

Um jornal ligado à opinião de direita na Itália dedicou-lhe uma primeira página pedindo que a Itália abandonasse a presença nesse país, onde foram mortos esses dois compatriotas e, além disso, era um país pertencente à vertente do bloco internacional ligado à URSS.

Eu reagi imediatamente com uma entrevista noutro jornal, no *Il Manifesto*, dizendo: “Não, a Itália fica”. Depois dei-me conta de que talvez tivesse excedido a minha liberdade e fui falar com o Ministro das Relações Exteriores que era o Andreotti<sup>2</sup>, na comissão exterior. Ele estava numa audiência, e quando acabou eu contei-lhe dessa entrevista e perguntei-lhe se eu tinha cobertura, se era correcta. Ele encorajou-me, e naquela altura, dei um passo adiante e convidei as duas empresas, o consórcio de Corumana e a CMC que construía os Pequenos Libombos. Discuti com eles a ideia de uma missão, guiada por mim, para ir aos estaleiros da obra para dar solidariedade aos trabalhadores Italianos e, por outro lado, para tratar com o Governo Moçambicano sobre a segurança.

Embarquei para Moçambique. Todavia, por motivos de apresentação dessa missão, de não colocá-la somente ligada a esse facto, fomos antes a Angola, onde havia uma presença Italiana consistente. E fomos até Moçambique, via África do sul.

Ali aconteceu um facto curioso, porque o Embaixador Italiano me apresentou, a pedido dessa pessoa, um Italiano cujo nome era Giancarlo Coccia<sup>3</sup>, que era o autor dos artigos que haviam provocado essa minha intervenção. Esse jornalista disse-me que tinha boas relações com Evo Fernandes, que na época era próximo do líder da RENAMO e era um representante político da RENAMO. Disse-me que esse senhor estava em condições de me garantir a segurança dos Italianos. Quando eu obviamente rejeitei essa oferta, porque claramente se trataria de um reconhecimento político da RENAMO, algo que o Governo Italiano daquela época não pensava minimamente em fazer, esse senhor reagiu, de modo até ameaçador e disse para eu ficar atento, porque desse modo eu colocava em risco a vida dos Italianos.

A situação preocupou-me muito, porque era uma responsabilidade que eu estava assumindo muito importante. Portanto, claramente consultei o Ministério das Relações Exteriores e fizemos uma

---

<sup>2</sup> **Giulio Andreotti** (Roma, 14 de Janeiro de 1919 — Roma, 6 de Maio de 2013) foi um Líder do Partido Democrata-Cristão Italiano e foi Primeiro-ministro nos períodos de 1972-1973, 1976-1979 e 1989-1992. Desde 1991 era senador vitalício, por nomeação presidencial.

<sup>3</sup> **Giancarlo Coccia**, licenciado em Ciências Políticas, trabalhou como jornalista em Milão e Bona. Em 1968, cobriu a guerra do Vietname ao lado das Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos. Esteve em Bruxelas incumbido de seguir as actividades da NATO e da antiga Comunidade Económica Europeia. Em 1970 testemunhou confrontos militares em Angola. Vem para Moçambique em 1973 e acompanhou jornalisticamente o período de transição para a Independência. Hoje é residente na África do Sul e correspondente para a África Austral de alguns jornais Italianos.

reunião com os Embaixadores da região em Maputo, e reconfirmamos a nossa presença. Tratámos com o Governo Moçambicano a questão das condições de segurança, com o mMinistro Chissano<sup>4</sup>, conseguimos ter publicamente o reconhecimento dos erros que tinham sido cometidos, numa conferência de imprensa, onde se havia apresentado de modo pejorativo as mortes desses dois cidadãos Italianos.

Esse foi um facto muito importante, porque me lembro que na noite da despedida, quando embarcámos com a delegação, vieram até à Embaixada alguns Ministros Moçambicanos, entre os quais Óscar Monteiro que era um dos líderes mais importantes da FRELIMO e no brinde Monteiro disse: “Esse facto que a Itália tenha reconfirmado e aumentado a sua presença, enquanto muitos países nos abandonam, é uma coisa que nunca esqueceremos”. Então ali nasce a minha relação pessoal com Moçambique e também o reforço da Cooperação Italiana.

**P.: Como aconteceu o seu encontro com Nyerere<sup>5</sup> na Tanzânia e que importância teve esse evento para si?**

MR: No meu desconhecimento de África, do qual falei, foi muito importante o primeiro encontro que tive em África. Tinha sido nomeado em Agosto e em Outubro, fui à Tanzania, porque havia esse líder Nyerere, do qual pesquisando e lendo os primeiros livros, tinha percebido a sua grandeza. E mesmo porque Aldo Ajello<sup>6</sup> - que depois se tornará no fim dessa história o representante Italiano na implementação da Paz em Moçambique - tinha-me convidado para sua casa, tinha-me apresentado Jamal<sup>7</sup> conselheiro diplomático de Nyerere, o qual foi de uma honestidade incrível, porque admitiu que Nyerere e ele tinham cometido alguns erros na política económica daquele país. Mas, ao mesmo tempo Nyerere era um grande líder, que tinha realmente superado o tribalismo, que é um dos grandes problemas em África e que agora queria deixar que o país modificasse essa linha de política económica errada.

---

<sup>4</sup> **Joaquim Alberto Chissano** (Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político moçambicano, veterano da luta armada da FRELIMO, foi Primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo Presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

<sup>5</sup> **Julius Kambarage Nyerere** (Butiama, 13 de Abril de 1922 — Londres, 14 de Outubro de 1999) foi Presidente do Tanganyika, desde a independência deste território em 1962 e, posteriormente, da Tanzania até se retirar da política em 1985. Em (1985-86) foi-lhe atribuído o Prémio Lenine da Paz.

<sup>6</sup> **Aldo Ajello** (1936-), de nacionalidade italiana, foi o representante especial e chefe da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) a partir de Outubro de 1992 a Dezembro de 1994.

<sup>7</sup> **Amir Habib Jamal** (26 de Janeiro de 1922 - 21 de Março de 1995) foi um político e diplomata Tanzaniano que actuou como Ministro de várias pastas no Governo de Julius Nyerere entre as quais de Ministro do Comércio e Indústria e Ministro das Finanças.

Mexeu muito comigo o facto que, eu tinha 35 anos, tinha diante de mim um senhor que naquela época tinha a idade que tenho hoje, mas que naquela altura me parecia velho e que esse senhor ancião se portasse de forma tão humilde diante de um jovem como eu e, portanto, isso mexeu muito comigo.

Portanto, fui para a Tanzania, decidimos um programa de cooperação importante e ao mesmo tempo tive a sorte desse primeiro encontro, depois o vi outras vezes. Mas nunca esqueci porque o encontro se realizou na casa de Nyerere, em Dar es Salaam, uma casa muito modesta, com uma só policial fora - e obviamente quem conhece a África sabe que normalmente esses *Big Men* vivem em casas luxuosas com sistemas de seguranças enormes - me acolheu com a sua *Sariana* - depois o via vestido, com o mesmo modelo por toda a vida, numa cadeira de balanço.

Falámos durante três horas, eu escutei mais, na verdade e recebi uma lição inesquecível e também fascinante sobre África. Falámos de muitas coisas. Falámos também da questão dos euromísseis. Nyerere era uma pessoa internacionalmente muito activa.

Lembro-me de uma piada extraordinária que ele me contou, porque me estava explicando que, na sua opinião, era um erro que os países ocidentais faziam fazendo pressão sobre os países Africanos tendentes ao bloco da URSS, pressão que se tinha, para fazer com que eles mudassem de ideias. Ele disse-me: “Dialoguem com eles, cooperem com eles, essa viragem em direcção ao não-alinhamento acontecerá automaticamente.” E disse-me: “Dado que o comunismo seja absorvível em alguma área do Mundo e tenho as minhas dúvidas, não é com certeza em África e dar-se-ão conta disto sozinhos, até mesmo porque - acrescentou e essa é a piada extraordinária - no final das contas o que são os Russos? Americanos sem dinheiro.”

Obviamente, essa experiência não foi importante somente do ponto de vista emotivo, pelas dificuldades que tinha encontrado, mas fez-me também entender que Moçambique poderia ser um país-chave numa área importante da comunidade internacional, que era justamente a África Austral. Portanto, também a necessidade de se estudar, mais a fundo, essa realidade com características tão específicas.

Por exemplo, havia uma diferença substancial entre Angola e Moçambique. Dois países que aparentemente possuíam características similares, duas colónias Portuguesas que alcançaram a Independência no mesmo momento, mas com grandes diferenças. O facto que em Angola foram três os movimentos de libertação que haviam lutado contra os Portugueses e que, portanto, os três

tinham uma espécie de legitimidade em reivindicar o poder, aquilo que acendeu imediatamente o conflito entre eles e levou a uma guerra, como se sabe, longuíssima. Enquanto em Moçambique o movimento de libertação era basicamente um, a FRELIMO, que era uma Frente Nacional de Libertação.

Também, ligado provavelmente a esse aspecto, uma diversidade importante, que eu acredito que percebi imediatamente, na capacidade de fazer política externa dos dois países. Ambos formalmente alinhados com a URSS, porém com Angola muito condicionada e influenciada por essa aliança e, por outro lado, a FRELIMO que, pelo contrário, tinha sempre demonstrado uma grande originalidade na sua política internacional que a tinha levado, por exemplo, a assumir um papel específico no caso da Rodésia, quando se tornou Zimbábwe, e que, na minha opinião, resultava permitir haver um diálogo político muito mais dinâmico e mais interessante que com outros países mais tradicionalmente alinhados.

Isso também casava com uma convicção que havia no Ministério das Relações Exteriores, ou seja, de que a Itália não deveria assumir uma posição, simplesmente, terceiro mundista, que depois viria a se revelar inútil - muitos já faziam isso, não era preciso um outro país - mas sim, de um país colocado no Ocidente, aliado fiel do Ocidente, porém capaz de desenvolver uma política mais original, mais aberta. Então, podiam-se encontrar esses dois modos de fazer uma política exterior a partir de uma África internacional, mais moderna, mais eficaz, e portanto, poder desempenhar também um papel.

**P.: Quando chegou a Moçambique deparou-se com diversas dificuldades que o país atravessava, tais como a dificuldade de acesso a comida... Nessa altura, decidiu começar a estudar a cultura e tradições Moçambicanas e percebeu alguns erros que tinham sido cometidos. Pode falar sobre isso?**

MR: Nessa actividade de aprofundamento e de estudo dessa realidade tão interessante, pouco a pouco descobri também outras coisas que vieram a mudar também a minha atitude em relação a Moçambique, à FRELIMO e àquilo que havia sido feito. Porque, evidentemente, no início eu tinha uma posição tipicamente terceiro mundista da esquerda Italiana muito favorável àquilo que a FRELIMO havia feito. Pouco a pouco, com as várias missões que comecei a fazer em

Moçambique, descobri que a realidade era mais complexa. É certo que tinha alcançado esse grande resultado histórico, que sempre tinha reivindicado, da Independência, mas a situação era difícil.

Deve-se recordar que em Moçambique daquela época, eu não podia ir de uma cidade a outra que não fosse por via aérea, era impossível sair de Maputo, devido ao crescimento de uma guerra interna, que me pareceu muito simplista atribuir, simplesmente, ao apoio externo. Quando entendi que não era possível liquidar a presença da RENAMO com uma operação directa, primeiro pela Rodésia, e depois pela África do Sul, procurei aprofundar a análise.

Entendi então que era historicamente verdade que a Rodésia e depois a África do Sul foram primeiro os inventores e depois protectores da RENAMO. Mas entendi também que, aproveitando-se de características históricas de Moçambique e de erros políticos cometidos pela FRELIMO, a RENAMO estava mudando de natureza e embora continuando a ser um movimento essencialmente guerrilheiro, estava começando a desenvolver a sua componente de africanidade, e em segundo lugar, uma relação diferente com as populações que eram sujeitas às suas acções. Era, por um lado, uma máquina de guerra e também uma máquina que, como sabemos, cometia atrocidades, mas por outro lado, interpretava algumas sensibilidades e características históricas de Moçambique.

Em particular, as contradições que sempre houve entre o Sul e o Centro e parte do Centro-Norte de Moçambique e o ataque aos poderes tradicionais que a FRELIMO havia realizado, partindo de uma posição teoricamente justa que era a de construir um Estado moderno, mas não compreendendo que o Estado moderno não pode ser construído por decreto, não se pode fazer em poucos dias.

A batalha contra os poderes tradicionais que sempre tiveram em África, e que ainda têm, um papel e uma credibilidade em amplas faixas da população rural, as decisões de mandar alguns Governadores estranhos ao contexto social a tornarem-se Chefes, enquanto, para a população local, o Chefe era historicamente designado pela linhagem.

A decisão de criar as aldeias comunais por razões aqui também teoricamente positivas, de defesa, de crescimento da economia rural, mas que na realidade iam contra às tradições, à cultura e identificação do camponês, que se identifica com a sua terra, antes de tudo e não suporta, por tantas razões, de ser deslocado para outros sítios.

**P.: Qual era a posição da Igreja sobre o País e o que percebeu das tensões que existiam então?**

Havia a grande questão da relação entre esse Partido no Poder e a Igreja. A Igreja desempenha um grande papel em qualquer lugar. Particularmente em África é justamente a alternativa para as crenças mágicas tradicionais, os poderes tradicionais, onde, às vezes, inclusive, as duas coisas se sobrepõem, especialmente as Igrejas genuinamente Africanas. Essa relação era muitas vezes contraditória, porque dissemos que nos anos 70 houve uma visita ao Papa, mas depois as relações locais com a Igreja haviam-se deteriorado, especialmente com a Igreja Católica. Enquanto com a Igreja Protestante havia uma atitude mais positiva, a Igreja Católica era criticada pelo Governo, em particular na época de Samora Machel, porque era acusada de interferir. Obviamente esse facto levou, automaticamente, a uma posição de simpatia da RENAMO em relação a essa presença, até mesmo porque a Igreja tinha ramificações no território e operavam também missionários em áreas de difícil acesso e portanto, levavam ajuda concreta às populações que, caso contrário, ficariam abandonadas. Isso certamente aumentava a importância desse papel.

Desse ponto de vista, dentro da FRELIMO, depois de alguns anos, começou a crescer a consciência de que era importante haver um contacto com essa realidade interna. Também tentar enfrentar essa realidade interna criando contactos com a “Casa Mãe” dessa realidade interna. Isso acontece sob muitos perfis, por exemplo, uma pessoa que foi imediatamente activa nisso foi Luís Cabaço<sup>8</sup>, que eu conhecia muito bem, porque tinha estudado em Trento, na minha cidade e que, portanto, tinha conhecido, embora naquele momento ele não tivesse, oficialmente, uma actividade política. Portanto, era uma amizade, digamos que normal. Porém, foi importante como elo nas fases seguintes, porque foi o próprio Cabaço a pessoa que contactei quando, na missão da qual falei, precisava ter uma resposta credível da parte do Presidente Samora Machel, do Governo.

Portanto, imediatamente nasceu uma relação muito sólida entre nós dois. A primeira intervenção que me vem em mente nesse campo de relações com a Igreja Católica, foi em 1984, quando Cabaço esteve de férias na Itália e foi morto um missionário Capuchinho<sup>9</sup> que era de Torbole, uma cidadezinha da minha província e então aproveitando a sua presença na Itália, eu disse-lhe que era importante que se fosse encontrar com a família desse missionário que tinha sido morto. Cabaço

---

<sup>8</sup> José Luís Cabaço (Maputo, 10 de Agosto de 1941) licenciado em Ciências Sociais pela Università degli Studi di Trento, Itália, em 1971 e Doutorado em Antropologia Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil, em 2007, foi jornalista, militante da FRELIMO na clandestinidade e Ministro de Informação e dos Transportes no Moçambique pós-Independência.

<sup>9</sup> A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos é uma ordem religiosa da família Franciscana, aprovada como um ramo da primeira ordem de São Francisco de Assis em 1517 pelo Papa Leão X.

fê-lo e isso foi muito apreciado pela família e pela organização dos Capuchinhos porque o líder, que era o padre Angelico Kessler<sup>10</sup>, que era irmão de um influente senador da Democracia-cristã, ele também Trentino, ficou muito comovido por essa sensibilidade e ali nasceu uma relação entre Angelico Kessler e Cabaço que a partir dessa tragédia, se desenvolveu mais tarde uma maior compreensão. Guardo muitas cartas que o padre Kessler me escreveu, justamente sobre essa relação que tinha desenvolvido com Cabaço a partir da tragédia, levando o problema da congregação deles à atenção do Governo. Do mesmo modo, Cabaço construiu um elo com a Comunidade de Sant'Egídio, e através da Comunidade, mais tarde com o Vaticano.

**P.: A partir de 1984 e durante o período que decorreu até assumir um papel específico nas conversações, o que aconteceu de mais importante?**

MR: De 1984 a 1990, quando comecei com as negociações de Paz, eu continuei a desempenhar um papel, em nome do Ministério das Relações Exteriores, como Subsecretário, uma acção não só de cooperação, mas também política, em Moçambique e na África Austral. No sentido de além de estabelecer programas de cooperação com outros países como Zimbabwe, Zâmbia, Angola, Tanzania, procurámos também conduzir uma acção política, que de um lado era focalizada no apoio a esses países, que eram os chamados Países da Linha de Frente<sup>11</sup>. Recordo-me quando Andreotti mandou-me representá-lo em Lusaka, no primeiro encontro com os Ministros das Relações Exteriores da Linha de Frente e o Ministério das Relações Exteriores da então Comunidade Europeia<sup>12</sup>, não era ainda União Europeia.

Essa acção baseava-se em manifestar solidariedade a esses países, mas também contemporaneamente tentar incentivar todas as possíveis vias de diálogo, de pacificação, de

---

<sup>10</sup> Angelico Kessler, Superior Provincial de Trento da Ordem dos Frades Capuchinhos de 1970/76 (em paralelo, entre 1960/74 seu irmão mais novo, Bruno foi Presidente da Província Autónoma de Trento e eleito para o Senado em 1983 e 1987.) e depois entre 1982/88, ano de sua morte. Conseguiu combinar significativamente a fidelidade a São Francisco com a atenção ao social, a realidade externa ao convento e muitas energias, incluindo a experiência missionária em Moçambique.

<sup>11</sup> A **Linha da Frente** foi a primeira forma de Coordenação e Integração Regional formalmente reconhecida dos países da África Austral e visava a Mobilização e Cooperação de esforços para fortalecer os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra a opressão colonial na região. Por iniciativa dos Presidentes, Agostinho Neto - Angola, Samora Machel - Moçambique, Seretse Khana - Botswana, Julius Nyerere - Tanzânia e Kenneth Kaunda - Zâmbia, foi criada a LINHA DA FRENTE, em Abril de 1977.

<sup>12</sup> A **Comunidade Económica Europeia (CEE)** foi uma organização internacional criada por um dos dois Tratados de Roma de, com a finalidade de estabelecer um mercado comum europeu. Os Estados signatários foram França, Itália, Alemanha Ocidental (na altura, apenas a República Federal Alemã, e não a República Democrática Alemã), Bélgica, Holanda e Luxemburgo). À CEE aderiram posteriormente o Reino Unido, Irlanda e Dinamarca (1973), Grécia (1981), e, em 1986, Portugal e Espanha. A CEE foi a mais famosa das três Comunidades Europeias, e depois do Tratado de Maastricht (1992) mudou o nome para Comunidade Europeia (CE). Também no Tratado de Maastricht se criou oficialmente a União Europeia. Após a criação da União Europeia, a CE (antiga CEE) passou a formar parte do primeiro dos Três Pilares da União Europeia.

estabilidade. Fazíamos isso através de intervenções públicas, obviamente, em missões através de diálogos informais, com países africanos, mas também com os aliados ocidentais.

Havia um hábito de se ir, às vezes, a Washington, para discutir com os Americanos, em especial Chester Crocker<sup>13</sup>, que era o meu homólogo nos EUA, porque os EUA, especialmente em Angola, mas em toda a região, desempenhavam um papel típico de uma superpotência.

Nesse mesmo período encontrei-me com a Comunidade de Sant'Egídio, porque Andreotti me disse para apoiar, pagando o frete dos navios e dos aviões que a Comunidade de Sant'Egídio organizava levando ajuda a Moçambique, porque justamente era uma comunidade que estava se tornando muito activa.

Portanto, ali nasce a minha relação de amizade principalmente com Dom Matteo [Zuppi]<sup>14</sup>, mas também com [Andrea] Riccardi<sup>15</sup> e Vincenzo Paglia<sup>16</sup> que era na altura assistente espiritual. Digamos que nessa operação de actividade conjunta se desenvolveu também uma relação de actividade de cooperação política. Porque a Comunidade tinha essa característica de ter um papel, entre aspas, político.

Emblemática a participação do representante deles num Congresso da FRELIMO. Portanto, falando com essa vocação comum na busca por soluções, por um diálogo, por uma estabilidade, por uma evolução positiva naquele país, naquela área, começámos a ter elementos concretos de colaboração.

Lembro-me de uma vez que Riccardi e Zuppi me pediram para acompanhá-los para falar com Silvestrini<sup>17</sup>, que era Secretário de Estado, para ilustrar o que eu tinha discutido num encontro em Washington com Chester Crocker, para falar de como seria possível fazer avançar a situação.

---

<sup>13</sup> **Chester Arthur Crocker** (29 de Outubro de 1941) é um diplomata Americano e estudioso que serviu como Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos de 1981 a 1989 na administração Reagan. Crocker, arquitecto da política Americana de "engajamento construtivo" direccionada à África Austral, incluindo a África do Sul do *apartheid*, é creditado pela definição das condições da independência da Namíbia.

<sup>14</sup> **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950), é um padre católico italiano da comunidade de Sant'Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

<sup>15</sup> **Andrea Riccardi** (Roma, 16 de Janeiro de 1950) é um historiador e académico Italiano. Graduado em História Contemporânea pela Universidade de Estudos de Roma III, é notável estudioso da Igreja na Idade Moderna e Contemporânea, bem como fundador da Comunidade de Sant'Egídio.

<sup>16</sup> **Vincenzo Paglia** (20 de Abril de 1945) é um arcebispo italiano, actual Presidente do Pontifício Conselho para a Família.

<sup>17</sup> **Achilles Silvestrini** (Brisighella, 25 de Outubro de 1923) é um Cardeal, Arcebispo Católico e diplomata Italiano, ao serviço da Santa Sé, actualmente Prefeito Emérito da Congregação para Igrejas Orientais. Foi Subsecretário e depois Secretário do Conselho de Assuntos Públicos da Igreja, Prefeito do Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica, Prefeito da Congregação para Igrejas Orientais e Grande Chanceler do Pontifício Instituto Oriental

Lembro-me que depois da morte de Samora Machel e com a chegada de Chissano em 1986, na ocasião da partida de um navio em Livorno, que com eles e Dom Jaime<sup>18</sup> – que eu tinha conhecido justamente naquele período através de Sant’Egídio - falámos sobre as possibilidades, com esse novo Presidente, de se fazer avançar, ou se seria possível, identificar vias para se fazer avançar um processo de Paz.

Portanto, todo esse património de relações se torna mais tarde importante, de relações comuns. Torna-se importante quando, em 1989 e depois em 1990, se abre a possibilidade que havíamos discutido, em termos absolutamente teóricos. Essa possibilidade abriu-se, por um lado, porque Chissano logo se deu conta de que era impensável vencer militarmente a guerrilha. Portanto, começou com calma, gradualmente, com toda a prudência diante duma situação difícil, como era aquela em que ele actuava. Mas começou a incentivar a Igreja Moçambicana a buscar vias de diálogo e por outro lado, quando mudou a situação na África Austral.

Desse ponto de vista é fundamental ter em consideração que não existe um processo de Paz possível, não existe milagre feito por mediador, se não se criam situações geopolíticas que tornem possível uma mediação.

**P.: Quais são as condições necessárias para tornar possível uma mediação? E como foi esse processo no caso de Moçambique? Houve um encontro na Namíbia com De Klerk<sup>19</sup>...**

Uma mediação é feita, ou tentada, quando existem pelo menos duas pré-condições: a primeira, que as partes em causa comecem a levar em consideração, entre as várias hipóteses através das quais perseguem os seus interesses, que levem em consideração a hipótese de um acordo. Não que tenham já decidido fazer um acordo, mas que levem em consideração que essa pode ser uma variante.

A segunda condição é que o contexto regional seja favorável. Porque, dizia-se que não pode haver socialismo em um único país, não pode haver Paz em um único país.

---

<sup>18</sup> **Dom Jaime Gonçalves**, (26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

<sup>19</sup> **Frederik Willem de Klerk** (Joanesburgo, 18 de Março de 1936) foi Presidente da África do Sul de Setembro de 1989 a Maio de 1994, tendo sido o último branco a ocupar o cargo. De Klerk foi também o líder do Partido Nacional, de Fevereiro de 1989 a Setembro de 1997

Paz e estabilidade são sempre processos de área, porque quando se tenta sair duma situação de guerra e, portanto, começam a ser construídas, antes de tudo, medidas de *Confidence Building* [Construção de Confiança], de garantia em termos internacionais – é muito fácil que *spoilers* [desmancha-prazeres] externos destruam essas condições.

Eu tive a percepção de que o quadro regional estava mudando positivamente, quando em 18 de Fevereiro de 1990<sup>20</sup>, se me lembro bem, fui com a delegação do Governo Italiano a Windhoek para a Independência da Namíbia. Nessa ocasião, marcámos um encontro com os Sul-africanos. Estava o Ministro das Relações Exteriores Italiano obviamente. Mas no encontro além do homólogo, que era Pik Botha<sup>21</sup> que eu conhecia há tempos, apareceu de repente o novo Presidente Sul-africano, que era De Klerk. E eu, mas o Ministro sobretudo, ficámos impressionados pelo novo tipo de discurso que De Klerk fez.

Obviamente De Klerk tinha participado nessa reunião porque tinha libertado Mandela pouco tempo antes, porque na África do Sul havia iniciado um diálogo interno e isso havia-lhe permitido poder ir a essa cerimónia, mas sobretudo tinha permitido, finalmente, à comunidade internacional implementar a resolução 435 sobre a Independência da Namíbia, que tinha ficado parada por alguns anos, porque havia um choque das superpotências em África.

Tudo isso foi possível porque Reagan<sup>22</sup> e Gorbachev<sup>23</sup> tinham começado a dialogar entre eles e isso tinha levado à chegada do Presidente De Klerk, um Presidente diferente, que enfrentava o problema do *apartheid* não mais no modo precedente, ou seja, exportando as contradições através de uma agressão a Moçambique, a Angola, enfim aos países limítrofes e, por outro lado, levou à retirada dos Cubanos de Angola, que eram, de um certo modo, um elemento de destabilização.

Então tive a impressão, também por causa dessas palavras de De Klerk e por um incentivo aberto que ele fez: “Sei que vocês Italianos tem uma forte relação com esses países, especialmente com o Moçambique, por que não dão uma ajuda à Paz?” Entendi que se abria, talvez, uma possibilidade.

---

<sup>20</sup> A Independência da Namíbia foi em 21 de Março de 1990.

<sup>21</sup> **Roelof Frederik “Pik” Botha** (27 de Abril de 1932, Rustenburg, Transvaal) é um antigo político sul-africano que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros nos últimos anos da era do *apartheid*.

<sup>22</sup> **Ronald Wilson Reagan** (Tampico, 6 de Fevereiro de 1911 — Los Angeles, 5 de Junho de 2004) foi um actor e político norte-americano, o 40.º Presidente dos Estados Unidos e o 33.º Governador da Califórnia.

<sup>23</sup> **Mikhail Sergueievitch Gorbachev** (Stavropol, 2 de Março de 1931) é um político e estadista Russo, mais conhecido por ter sido o último líder da União Soviética, entre 1985 e 1991. Durante o seu Governo, as suas tentativas de reforma, tanto no campo político, representadas pelo projecto Glasnost, como no campo económico, através da Perestroika, conduziram ao término da Guerra Fria e, ainda que não tivessem esse objectivo, deram fim ao poderio do Partido Comunista no país, levando à dissolução da União Soviética.

**P.: Considera que o massacre de Homoine e o fracasso do acordo de Nkomati foram os elementos cruciais para criar um novo contexto favorável à mediação? Como evoluiu o quadro regional na altura?**

MR: Obviamente, além da evolução do quadro regional, houve também outros elementos específicos mais internos ao caso Moçambicano, que contribuíram para mudar o quadro geral.

Um desses foi o Acordo de Nkomati<sup>24</sup> que, por um lado, provocou problemas à FRELIMO, porque no campo internacional e também interno, recebeu acusações de ter traído a solidariedade com o ANC<sup>25</sup>. Nkomati foi um acordo de não-agressão recíproco, no qual a África do Sul se empenhava em não alimentar os movimentos de guerrilhas de Moçambique e Moçambique a não fornecer bases para o ANC.

Agora, sabemos que o acordo em Nkomati não funcionou, porque a África do Sul, ou, pelo menos, alguns agentes militares do serviço secreto, continuaram a ajudar a RENAMO, e, inclusive, com a assinatura do Acordo houve um incremento imediato de ajuda militar à RENAMO.

Mas funcionou por outro perfil, porque se por um lado deu a Moçambique a garantia de que a RENAMO continuaria a sua actividade de guerrilha, nunca se trataria de uma invasão directa da África do Sul como acontecia com uma certa regularidade em Angola.

Em segundo lugar, criou um fórum institucional que, às vezes, funcionou, às vezes foi interrompido e reactivado, sucessivamente, no qual podia haver um diálogo com um vizinho tão importante como a África do Sul. E isso, mais tarde, quando chegou De Klerk tornou-se importante, foi imediatamente reactivado.

Um outro elemento interno que teve um impacto considerável foi o massacre de Homoine, porque não só esse massacre foi um choque para a comunidade internacional, mas houve também um

---

<sup>24</sup> O **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Sant'Egídio.

<sup>25</sup> **ANC** - African National Congress (Congresso Nacional Africano) é partido político sul-africano fundado em 1940. Desde o fim do regime do Apartheid, em 1994, o ANC é o principal partido político da África do Sul, sendo apoiado pela aliança com Congresso dos Sindicatos Sul-africanos e o Partido Comunista Sul-Africano. Nelson Mandela foi a figura mais influente do partido, assim como de todo o continente africano. Nas eleições de 2009, o ANC obteve 65.9% dos votos para a Assembleia Nacional, confirmando-se como o partido político dominante.

relatório, o relatório Gersony<sup>26</sup>, feito por um funcionário do Departamento Americano que foi devastante para as possíveis relações políticas entre a RENAMO e os EUA. Aqui também há uma diferença fundamental com Angola onde a UNITA<sup>27</sup> era apoiada abertamente pelos EUA.

Também Homóine produziu um efeito, mas numa realidade que já era diferente. Emblemático o facto que enquanto em Angola os EUA não tinham, nem mesmo uma representação diplomática, ao mesmo tempo Samora Machel era recebido por Reagan<sup>28</sup>. Portanto, nessa área já específica nas relações especiais, das relações entre a FRELIMO e os EUA inseriu-se esse facto que levou a uma forte moção no Congresso dos EUA e fechou, definitivamente, a porta para uma eventual relação de apoio entre os EUA e a RENAMO. Portanto, essa realidade de uma relação, digamos, original entre FRELIMO e EUA foi um elemento que se tornou importante durante as negociações.

### **P.: Quais foram os motivos para que Roma fosse o cenário escolhido para as conversações?**

Em Fevereiro de 1989 participei, com o Ministro das Relações Exteriores numa missão do Presidente da República a África. Muito importante, porque era a primeira vez que acontecia. Entre os países visitados estava, obviamente, Moçambique. Naquela ocasião os líderes Moçambicanos informaram-nos que estava em andamento uma tentativa da Igreja Moçambicana, dos Bispos Moçambicanos, de encontrar pontos de contacto com a RENAMO para um possível diálogo, uma possível solução. Isso foi o culminar do processo iniciado por Chissano quando se tornou Presidente.

Portanto, acompanhámos esse percurso externamente, que chegou ao encontro em Nairóbi, em Agosto de 1989, quando os Bispos Moçambicanos conseguiram reunir as duas delegações presentes no lugar, com a cobertura dos Presidentes do Quênia e do Zimbábwe, mas não conseguiram que eles se reunissem na mesma sala.

Isso acontece porque houve um problema de reconhecimento recíproco. É preciso lembrar que a RENAMO não considerava a FRELIMO como Governo legítimo de Moçambique e, por outro lado, a FRELIMO considerava a RENAMO como personagens comandadas pela África do sul,

---

<sup>26</sup> O denominado **Relatório Gersony**, intitulado "Resumo dos Acontecimentos Relacionados com os Refugiados Moçambicanos, principalmente no que respeita à Experiência Relacionada com o Conflito em Moçambique", foi escrito por Robert Gersony, consultor junto da Secretaria de Programas para Refugiados, Departamento de Estado, com a data de Abril de 1988.

<sup>27</sup> **UNITA** - União Nacional para a Independência Total de Angola, é um partido angolano, fundado em 1966, por dissidentes da FNLA e do GRAE (Governo de Resistência de Angola no Exílio), de que Jonas Savimbi, fundador da UNITA, era Ministro das Relações Exteriores.

<sup>28</sup> **Ronald Wilson Reagan** (Tampico, 6 de Fevereiro de 1911 — Los Angeles, 5 de Junho de 2004) foi um actor e político norte-americano, o 40.º Presidente dos Estados Unidos e o 33.º Governador da Califórnia.

definidos como bandidos armados. Portanto, não tendo resolvido antecipadamente esses problemas de como os colocar na mesma sala, a situação encalhou-se, porque ambos apresentaram posições à partida que não eram conciliáveis.

Houve depois uma tentativa de um representante diplomata Americano de fazer um documento de síntese, que colhia a realidade do problema, mas que não levou a uma solução. Naquela altura, esse fracasso duma tentativa, que porém, havia começado a comprometer ambas as partes na hipótese de um diálogo, forneceu a oportunidade, em parte casual e em parte construída, para a mediação Italiana.

Depois desse fracasso em Agosto, que se repetiu alguns meses depois, em Fevereiro de 1990 eu fui chamado pelo Dom Matteo Zuppi para participar num encontro que se realizaria em Roma com a presença de Dhlakama<sup>29</sup>. Eu, infelizmente, naquele período, tinha que ir a Nicarágua, onde participaria como observador no processo eleitoral, que saía também de uma situação de conflito e, portanto, não pude participar. Todavia, quando voltei dois meses depois fui informado por Dom Matteo sobre o facto de que se havia realizado esse encontro, que havia participado o Secretário-geral do Ministério das Relações exteriores, o Embaixador Bottai<sup>30</sup>, e o Chefe de Gabinete Cavalchini<sup>31</sup> e que não se havia falado ainda sobre o diálogo na Itália, mas que se havia aberto uma janela sobre essa possibilidade.

A partir daí desenvolveram-se outros contactos entre Sant'Egídio, o Ministério das Relações Exteriores, o Vaticano, a presença do Ministro Mazula e tudo isso conduziu à hipótese concreta de ter as negociações na Itália.

Da parte do Ministério das Relações Exteriores, foi apresentada, por mim e pelo embaixador Incisa<sup>32</sup> em Maio, em Maputo, num encontro com o Presidente Chissano, oferecemos a disponibilidade da Itália. E Chissano nos respondeu que havia já um acordo para se fazer esse encontro no Malawi. Eu insisti, obviamente, sem duvidar da legitimidade e praticabilidade de uma

---

<sup>29</sup> **Afonso Macacho Marceta Dhlakama** (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953) é um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.

<sup>30</sup> **Bruno Bottai** (Roma, 10 de Julho de 1930 - Roma, 1º de Novembro de 2014) foi um diplomata italiano, Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1987 e 1994.

<sup>31</sup> **Luigi Guidobono Cavalchini** (Turim, 4 de Fevereiro de 1934) político e diplomata Italiano, que entre outras posições governamentais foi Chefe de Gabinete do Ministério das Relações Exteriores entre 1979 e 1989.

<sup>32</sup> **Manfredo Incisa da Camerana**, (Turim, 1936) Foi nomeado Embaixador de Itália em Maputo em 1990 tando acompanhado as negociações com a RENAMO até às primeiras eleições democráticas em 1994. Trabalhou desde 1987 no Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento no Ministério das Relações Exteriores trabalhou a Embaixada de Itália em Viena de 1983 a 1985, quando foi designado para representação em organizações internacionais, inclusive em Viena.

hipótese africana. Era importante que, a um certo ponto, as negociações tivessem uma fase numa capital europeia, porque considerava importante que um processo de Paz, se concluído, pudesse obter financiamentos da comunidade internacional para que se tornasse concreto, para ser implementado.

Portanto, havia já a ideia de se ter uma conferência de doadores que mais tarde veio a tornar-se um exemplo repetido em todas as negociações de Paz. Isso era mais fácil de se fazer numa capital Europeia. Chissano respondeu: “Certamente, mesmo se as negociações no Malawi forem adiante é boa essa ideia de se haver uma fase em Roma”, e que “de qualquer forma se o Malawi não der certo, estamos prontos para ir a Roma, automaticamente”.

Foi aquilo que concretamente aconteceu depois, porque quando o encontro não deu certo no Malawi, porque a RENAMO não participou, com as suas motivações, naquela altura Roma tornou-se a escolha já aceite por Chissano e formalmente pedida numa missão realizada em Junho, no dia 22 se não me engano, quando Raul Domingos<sup>33</sup>, o representante dos assuntos exteriores da RENAMO e João Almirante<sup>34</sup> que era então secretário particular de Dhlakama vieram a Roma e pediram para se encontrar com o Ministério das Relações Exteriores.

Eu fui à Comunidade de Sant’Egídio e juntamente com Dom Matteo e Dom Jaime encontrámo-nos com os dois representantes que pediram à Itália para hospedar as negociações, ainda nem de mediar, nem de ser observador, mas hospedar. Tendo já obtido o acordo de Chissano e com esse segundo pedido, lembro-me que ainda naquela altura, eu disse: “Muito bem, pode-se fazer na primeira semana de Julho.”

**P.: De que forma reagiram à aceitação da decisão de que as conversações se deveriam realizar em Roma?**

MR: Obviamente essa originalidade da política externa da FRELIMO, assim importante, tinha que ser correspondida por uma atitude análoga da comunidade internacional. Mas não foi sempre assim

---

<sup>33</sup> **Raul Manuel Domingos** fez parte da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) até ser expulso do partido, em 7 de Julho de 2000. Chefiou a Delegação da Renamo nas negociações de Paz em Roma, quando era Chefe do Departamento das Relações Exteriores da Renamo. De 1994 a 1999, Domingos liderou o grupo parlamentar do RENAMO. Na eleição presidencial de 2004, o político concorreu ao cargo pelo Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD). Em 2013 regressou à Renamo.

<sup>34</sup> **João Francisco Almirante**, era membro do Gabinete da Presidência da RENAMO no momento em que foi membro da Delegação da RENAMO nas negociações para o Acordo Geral de Paz, em Roma.

e houve, inclusive, um momento dramático quando a RENAMO pouco antes da morte de Samora Machel fez uma grande ofensiva, com o risco que se cortasse em dois o país.

Recordo-me que naquela altura num encontro que tivemos em Maputo, Chissano me disse, em maneira até dramática, que a FRELIMO corria o risco de pagar o preço por essa atitude tão apreciada pelos ocidentais, porque acabaria por não receber o suporte dos Soviéticos, porque não era realmente alinhada, mas não recebendo, por outro lado, um apoio suficiente dos ocidentais, corria o risco de perder a guerra.

Portanto, o risco de perder essa originalidade, fazendo como Angola, chamando os Cubanos e os Soviéticos, dando-lhes as bases que a FRELIMO sempre tinha negado, tipo a base de Nacala e, portanto, internacionalizando o conflito. Lembro-me que isso levou o Ministério das Relações Exteriores Italiano, a dar um salto aos EUA, antes com o Embaixador Rabb<sup>35</sup> em Roma e depois em Washington com Chester Crocker, enfatizando essa necessidade de demonstrar à liderança da FRELIMO que essa posição deles viria a ser premiada, reconhecida também concretamente.

### **P.: Como viu o primeiro encontro entre as delegações?**

MR: O primeiro encontro foi realizado, efectivamente, no início de Julho e foi um encontro especial, porque nós sabíamos que as duas delegações nunca se tinham encontrado antes. Sabíamos, principalmente, que havia esse problema da falta de reconhecimento recíproco, que havia impedido até aquele momento que as partes se encontrassem directamente. A solução que foi encontrada por nós mediadores, para resolver esse primeiro problema e consentir um primeiro encontro, foi a de não usar termos jurídicos, mas sim de usar o conceito de que as duas partes se encontravam como pertencentes a uma única família Moçambicana. Isso evitou de entrar em temas que não estavam ainda maduros, mas justamente de permitir o encontro.

Portanto, a mensagem no exterior foi enorme, a *Le Monde* fez um editorial dizendo: “O milagre de Roma”, porque certamente ninguém pensava que fosse possível que acontecesse um encontro directo.

Mas nós sabíamos que esse encontro era simplesmente um ponto de partida. De facto logo após esse primeiro anúncio e das emoções que provocou, porque, certamente, o facto, a consciência de

---

<sup>35</sup> Maxwell Milton Rabb (28 de Setembro de 1910 - 9 de Junho de 2002) foi um advogado que teve vários cargos governamentais, entre eles, foi conselheiro do Presidente Americano Dwight D. Eisenhower e mais tarde foi Embaixador na Itália no Governo do Presidente Ronald Reagan.

se ter conseguido reunir essas pessoas que nunca se tinham encontrado antes que, pelo contrário, os representantes continuavam a disparar uns contra os outros no país. Era uma coisa muito emocionante de um ponto de vista pessoal poder ter participado a um facto assim tão histórico.

**P.: Mas o primeiro encontro, ao que parece, não permitiu uma boa continuação dado o problema da mediação e das tropas Zimbabueanas. Indo por partes: O que aconteceu com a mediação?**

Porém, logo depois se entendeu que uma vez conseguido esse resultado se tornava complicado colocar de pé um mecanismo que fosse capaz de traduzir essa ideia de princípio, de falar da Paz, em passos concretos. De facto, a segunda ronda das negociações foi completamente diferente, no sentido de que não se conseguiu concordar em nada.

Não se conseguiu resolver nada, porque apareceram dois problemas, um ligado à mediação e o outro ligado à presença de tropas Zimbabueanas. Eram dois temas interligados porque obviamente a RENAMO recusava o Zimbabwe como mediador, dada a presença das tropas dentro do país. Por outro lado, em termos diplomáticos, era impensável haver um dos dois mediadores rejeitados, e o outro, o Quénia aceite. Era difícil fazer a RENAMO entender essa realidade. Portanto, a ronda de negociações conclui-se com nada, de facto. Já era quase Verão e decidimos nos rever depois das férias.

Quando eu voltei das férias encontrei-me com Matteo Zuppi e Riccardi e disseram-me que estiveram, durante o período de Agosto, no Quénia e na África do Sul e de não terem encontrado Dhlakama, mas sim [Raul] Domingos, de terem falado com Kiplagat<sup>36</sup> mas sem que o problema da mediação fosse resolvido. Naquela altura eu sugeri que se convidasse Kiplagat, que eu conhecia porque ele tinha sido Secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Quénia, quando eu era Subsecretário e de convidei-o a Sant'Egídio para falar com ele.

Ele veio, de facto, no início de Setembro e falando com ele eu disse-lhe: “Olha, você é um diplomata de profissão, sabe perfeitamente que esse pedido da RENAMO não é aceitável, então há somente duas soluções: ou você convence a RENAMO a aceitar o Zimbabwe e nós continuamos

---

<sup>36</sup> Bethuel Abdu Kiplagat (28 de Novembro de 1936, Quénia) Embaixador do Quénia na França (1978-1981) e no Reino Unido (1981-1983) e Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional no Quénia, de 1983 a 1991. Esteve estreitamente envolvido nos esforços de resolução de conflitos do Continente africano, particularmente na África Oriental. Foi conselheiro especial de política externa do Presidente Arap Moi.

a hospedar as negociações, não temos problemas, ou convence a RENAMO a mudar a mediação. Nessa altura, os mediadores podemos ser nós, Italianos e nós garantimos ao Quênia e a você, pessoalmente, a possibilidade de acompanhar por detrás dos bastidores, tendo acesso às duas delegações, se eles aceitarem vê-los.

E ele disse: “Volto para Nairóbi e vejo se se pode trabalhar sobre essa solução.” Algum tempo depois nos ligou. Eu e Matteo Zuppi fomos a Nairóbi e nos encontramos pela primeira vez, pelo menos para mim, Dhlakama e, com surpresa, notámos que Dhlakama já havia aceitado de nos ter como mediadores. Foi o próprio Dhlakama que dizendo: “Muito bem, então o Governo Italiano, Sant’Egídio e Dom Jaime, Igreja Moçambicana, vocês podem ser os mediadores.” Depois disse: “Três mediadores... então é preciso que haja um coordenador. Então, Raffaelli, assumo-se você como coordenador.” Então, de qualquer forma foi ele a me escolher como coordenador.

Desse modo nasceu aquilo que mais tarde Boutros-Ghali <sup>37</sup> chamou de fórmula Italiana. Ou seja, essa forma original de uma mediação que reunia instituição governamental – porque eu, embora não fosse mais Subsecretário era Parlamentar e representava o Ministério das Relações Exteriores, e portanto, o Governo Italiano formalmente nas negociações – e, por outro lado, realidades da sociedade civil importantes como a comunidade de Sant’Egídio, e através de Dom Jaime, a Igreja Moçambicana. Essa era, certamente, uma fórmula que impressionou muitos actores da comunidade internacional.

Alguns acreditavam que uma coisa desse tipo pudesse funcionar. Eu, pelo contrário, estava muito convencido sobre essa fórmula, exactamente porque tendo uma certa experiência no mundo Africano, sabia que havia dois componentes essenciais para levar adiante as negociações: um era a confiança a ser construída junto das partes interessadas, a outra era a possibilidade de haver tempos longos. Ora, os tempos longos eram somente possíveis não conduzindo uma negociação dentro dos tempos tradicionais, nos procedimentos tradicionais das instituições. Por outro lado, a confiança podia ser construída justamente colocando em sinergia essa série de relações que as várias realidades da mediação representavam.

---

<sup>37</sup> **Boutros Boutros-Ghali** (Cairo, 14 de Novembro de 1922 — Gizé, 16 de Fevereiro de 2016) foi um político e diplomata Egípcio que foi o sexto Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de Janeiro de 1992 a Dezembro de 1996. Académico e Vice-ministro do Exterior do Egipto, Boutros Boutros-Ghali supervisionou a ONU num momento em que ela lidou com várias crises mundiais, incluindo a desintegração da Jugoslávia e o genocídio em Ruanda.

Portanto, havia o Governo Italiano que era o primeiro parceiro de cooperação económica e de desenvolvimento de Moçambique e, pessoalmente eu, que tinha uma relação de confiança com a liderança Moçambicana. Havia a Comunidade de Sant’Egídio que também tinha uma relação com a FRELIMO, porque tinha feito uma série de intervenções humanitárias em Moçambique. Por fim, Dom Jaime que pela sua presença, seja como representante da Igreja Moçambicana, ou como Bispo de Beira, sabemos que a Beira era a “fortaleza” da RENAMO. Depois houve também quem enfatizou o vínculo tribal, porque seja Dom Jaime, seja Dhlakama eram *ndau*, a liderança militar da RENAMO era, essencialmente, *ndau*.

Na realidade, digamos que essa fórmula permitia construir um património de confiança entre as duas partes, que, caso contrário, seria dificilmente criada. Obviamente, a dificuldade era traduzir esse património de potencialidade em factos concretos. Então, o problema dos observadores, inicialmente e que depois se tornam mediadores, foi resolvido do modo que sabemos.

**P.: Sobre a fórmula Italiana, quais as lições a tirar dela?**

MR: Essa fórmula original tem alguns aspectos que não são reproduzíveis, porque são ligados a especificidades do contexto Moçambicano e dos protagonistas. Porém, há algumas lições que valem para qualquer lugar. Por exemplo, o facto de que para haver um processo de estabilidade eficaz é preciso que haja um contexto regional favorável.

Eu depois de Moçambique tive a experiência no Corno de África. Ali temos uma situação onde a guerra continua, quer dizer se alarga, porque não tem um contexto regional favorável e ainda algumas potências disputam pela partilha do Poder regional em detrimento dos próprios Somalianos. Portanto, como lição, aquilo que é fundamental é o suporte da comunidade internacional que deve ser construído.

Uma outra lição fundamental é que o objectivo das negociações não pode ser aquele de tornar as partes iguais. É uma coisa que tentámos explicar imediatamente à RENAMO, que sempre tendia a polemizar sobre o passado. Nós explicámos que o ponto não era aquele, de resolver os contenciosos do passado, mas que o tema era o de criar uma condição na qual podiam continuar a litigar, mas usando as armas da crítica e não a crítica das armas. Ou seja, criar condições em que as diferenças podiam continuar a manifestar-se, mas de forma construtiva.

Isso implica também num empenho pedagógico por parte dos interlocutores que frequentemente, sobretudo no início das negociações, tendem a polemizar factos do passado, ao invés de como construir um futuro juntos.

Um outro elemento importante é o de se juntar num processo elementos institucionais e da sociedade civil. Essa especificidade da fórmula Romana é certamente replicável, mas que, infelizmente, foi raramente replicada. A simples sinergia entre esses componentes diferentes, pode criar aquele momento especial, onde se unem o impulso ideal, por um lado e o pragmatismo das soluções que se impõem, para que se conduza uma negociação. É difícil que isso venha a acontecer quando o processo negocial ocorre somente no ambiente asséptico da instituição formal e esse talvez seja o maior ensinamento do caso Moçambicano.

**P.: Outra das pré-condições colocadas depois do primeiro encontro foi o das tropas Zimbabueanas em Moçambique. Como se resolveu?**

MR: Tratava-se de resolver o segundo problema, ou seja, da presença das tropas Zimbabueanas, porque Dhlakama depois desse encontro, depois de ter aceitado a mediação disse: "...porém, quero discutir o problema dos Zimbabueanos." Nós explicámos que não era possível fazer disso uma pré-condição. Mas que era possível, se a RENAMO aceitasse voltar à mesa das negociações, discutir como primeiro ponto, a presença dos Zimbabueanos. Assim foi feito. De facto a fórmula na agenda foi o papel das tropas Zimbabueanas no período transitório até ao cessar-fogo.

Dali nasceu a ideia dos corredores, como um cessar-fogo parcial. Ali se reforçou a colaboração com os EUA, porque os EUA com uma escolha que, na minha opinião era muito inteligente, decidiram jogar um papel importante e decisivo – como mais tarde foi por muitas formas – mas de jogá-lo apoiando essa mediação, não substituindo-se a ela. Portanto, ainda naqueles dias começaram as visitas em Roma de Herman Cohen<sup>38</sup>, que era o Subsecretário de Estado para África e justamente começou uma colaboração que não era simplesmente genérica, mas consistia em discutir os pontos específicos e depois obter o apoio dos EUA para as nossas propostas e pedidos.

**P.: Qual o papel da Comissão Europeia na negociação?**

---

<sup>38</sup> Herman Jay "Hank" Cohen (10 de Fevereiro de 1932) serviu como Subsecretário de Estado dos Estados Unidos para Assuntos Africanos de 1989 a 1993. Ele negociou um fim para a Guerra Eritreana-Etíope em 1991 e os conflitos em Angola e Moçambique.

Houve uma colaboração, essa até mesmo mais formal e directa, com a então Comunidade Europeia, porque, evidentemente, sendo a Itália um membro importante da CE nos era permitido, em qualquer momento difícil, convocar no Ministério das Relações Exteriores Italiano uma reunião com os embaixadores da CE, apresentar-lhes os nossos problemas e propostas e obter o apoio conjunto da CE, o que acontecia regularmente, com comunicados geralmente colocados em Bruxelas. Isso era importante, seja pelo peso específico da Europa, mas também porque Portugal tinha não há muito tempo entrado para a CE e, portanto, esse era um modo de vincular Portugal a essas decisões comuns e de tê-lo, realmente, no jogo. Era um resultado importante, mas não fácil, porque evidentemente Portugal, especialmente a imprensa Portuguesa, acompanhava com grande atenção, logicamente, essas negociações e muito frequentemente aproveitava-se da lentidão, ou dos momentos de impasse, para tentar agredir essa mediação, sobretudo comparando-se com aquilo que se fazia em Angola: mediação, directamente feita pelos Portugueses, que acabou muito antes da nossa, mas com um fim que também sabemos.

**P.: Como foi a cooperação com os Americanos? Pode-nos relatar a contradição entre “os spots do leopardo e as listas da zebra?”**

A colaboração com os Americanos foi contínua, não assim tão formal como com a CE, mas muito eficaz, muito concreta. Herman Cohen pessoalmente ou Davidow<sup>39</sup> que era o seu vice, ou outros funcionários, o embaixador Hume<sup>40</sup> que era um embaixador dos EUA junto da Santa Sé, foram muito construtivos e, principalmente, nos momentos de pressionar a RENAMO, mas também, às vezes, a FRELIMO. São momentos substanciais como aquele do problema da construção, como a mesma vontade de abordar construtivamente os temas das negociações, foi realmente uma colaboração perfeita. Claro que como todas as colaborações, às vezes acontecem momentos de incompreensão, mas que não aconteceram com a parte política, mas com a parte militar.

Quando nós desenvolvemos essa ideia do corredor, do cessar-fogo parcial, chegou-nos uma oferta dum técnico especialista dos militares dos EUA. Encontrámo-nos na comunidade de Sant’Egídio,

---

<sup>39</sup> **Jeffrey Davidow**, funcionário do U.S. Foreign Service desde 1969, foi o responsável do Gabinete de Ligação da Embaixada dos EUA em Harare, Zimbabwe com o Departamento dos Assuntos da África Austral do U.S. Foreign Service nos anos '80 e embaixador dos EUA na Zâmbia, cargo que ocupou até 1990. Depois serviu como Adjunto do Subsecretário de Estado para a África. O embaixador Davidow passou muitos anos envolvido em múltiplas negociações no sul da África - Angola, Namíbia, Moçambique, Zimbabwe e a própria África do Sul - que ajudaram a proporcionar uma Paz relativa a essa região.

<sup>40</sup> **Cameron R. Hume** é membro do Serviço de Relações Exteriores do EUA. Serviu como Embaixador na Itália, Tunísia, Síria, Líbano, Nações Unidas e Santa Sé. Mais recentemente, serviu como Embaixador na Argélia e na África do Sul e como Encarregado de Negócios para o Sudão e Embaixador na Indonésia. Ele publicou três livros e numerosos artigos sobre política externa

explicámos a nossa ideia que era de fazer um cessar-fogo ao redor dos dois corredores de Beira e de Limpopo, cobrindo uma área de 3 km cada um e tendo o acordo de que as tropas Zimbabueanas se concentrariam nos corredores e não poderiam atacar a RENAMO fora dos corredores. Por outro lado, a RENAMO se empenhava em não atacar mais os corredores como costumava fazer regularmente. Isso, obviamente, tinha um interesse e vantagem a todas as partes em causa. Porque os Zimbabueanos tinham a vantagem de reduzir consideravelmente a presença, o número das tropas e, portanto, o custo da presença deles em Moçambique que era muito elevado; a RENAMO de evitar os ataques das tropas Zimbabueanas que eram, obviamente, muito mais eficientes do que as da FRELIMO; e a FRELIMO de ter os corredores funcionais e, portanto, com os *royalties* que derivavam daquilo.

Para nós mediadores era importante porque havia uma necessidade de se instituir, como foi feito, uma comissão, a COMIVE<sup>41</sup>, para monitorar o respeito desse acordo, presidiada pelo Embaixador Italiano e composta por quatro países escolhidos pelas partes, que significava reforçar a nossa mediação e dar um perfil mais institucional e internacional a essa mediação. Essa ideia, obviamente, foi aceite pelos técnicos Americanos de um ponto de vista geral, mas foi contestado na sua praticidade. Disseram-nos que na realidade poderiam existir tecnicamente somente dois tipos de cessar-fogo, ou deslizamento, ou seja, pegar uma determinada área e depois progressivamente alargar a monitoria, ou a mancha de leopardo escolhendo algumas regiões. Na realidade a lógica era a mesma, tratava-se de haver uma área determinada. Lembro-me que respondi com um trocadilho: “Agora, quer dizer que a partir de amanhã teremos o cessar-fogo em listas de zebra.”

**P.: Com a COMIVE estabelecida, houve uma série de problemas que você tentou responder fomentando as relações pessoais com jantares, etc. Qual a razão? Quais eram os problemas a ultrapassar?**

Uma coisa interessante das negociações era que se realizavam muito pouco em sedes formais com as duas delegações. Na realidade, isso acontecia no início das negociações, quando as duas delegações expressavam os seus pontos de partida e, quando se queria formalizar dissidências para

---

<sup>41</sup> **COMIVE** - Comissão Mista de Verificação criada a 1 de Dezembro de 1990 para supervisionar o cumprimento do Acordo assinado em Roma, segundo o qual as tropas Zimbabueanas são confinadas ao longo dos corredores da Beira e Limpopo e a RENAMO compromete-se a não atacar esses corredores.

que fossem trabalhadas. O resto vinha em forma de *Chat Diplomacy* [diplomacia do bate-papo] onde nós mediadores íamos de um hotel ao outro, passando horas e horas preparando textos que, de vez em quando, eram corrigidos, dependendo dos resultados dessas conversações.

Mas a coisa humanamente mais interessante é que essas conversações não eram só de tipo político, ou técnico-diplomático, sobre os acordos que estávamos discutindo. Uma grande parte era tendente a construir relações humanas, de confiança. Por exemplo, com Raul Domingos, ele gostava muito de piadas, então lembro-me que tínhamos sempre algumas piadas já prontas, para durante os jantares e durante as conversações, poder entretê-lo e criar um clima amigável.

Portanto, tratava-se de trabalho sobre dois trilhos: por um lado, sobre as propostas que pudessem acomodar as várias exigências e, por outro lado, criar um clima humano – entre nós mediadores, não ainda entre as duas delegações, porque essas não se encontravam nunca directamente – que facilitasse, mais tarde, o diálogo.

Apesar disso, apareceram alguns problemas. O acordo sobre o cessar-fogo que foi assinado no dia 1 de Dezembro deu-nos um pouco de fôlego, porque, obviamente, era um acordo de um certo peso, era uma parte do cessar-fogo. Isso era importante, porque no início as posições entre a FRELIMO e a RENAMO se demonstraram imediatamente alternativas. A FRELIMO queria partir do cessar-fogo para depois se discutirem os problemas políticos, já a RENAMO disse logo: não, o cessar-fogo será o último dos acordos.

Então, ter feito esse acordo parcial era uma espécie de teste geral e de demonstração de que era teoricamente possível se chegar àquele ponto. Todavia, após o fôlego inicial de tempo que esse acordo importante nos deu, as coisas começaram a complicar-se porque, seguindo a agenda que tínhamos acordado, era preciso discutir o problema da criação dos Partidos políticos em Moçambique e esse era um tema muito delicado. Um pouco porque os partidos começavam a nascer em Moçambique e isso perturbava a RENAMO que não queria que outros recolhessem os frutos daquilo que ela acreditava ser uma sua batalha e uma sua vitória ainda a ser conseguida.

Por outro lado, a FRELIMO no momento que tinha decidido aceitar as negociações, obviamente, tinha a sua via autónoma, de prosseguir na via que sabia ser inevitável, ou seja, da passagem dum sistema monopartidário a um sistema multipartidário. Desse ponto de vista a FRELIMO tinha já dado alguns passos importantes, seja como Partido declarando o corte com o mundo marxista-

leninista, seja como Estado no momento em que levou o processo em direcção à nova Constituição que, certamente, era uma Constituição democrática, pluralista, diferente daquela existente.

Então, quando discutimos esse tema dos Partidos demo-nos conta que a RENAMO além da sensibilidade que tinha, vinha com um outro problema, que nos redireccionava de novo às origens, ao reconhecimento. Porque foi muito fácil encontrar princípios comuns, as características, garantias que os Partidos tinham que ter ou fornecer. Então, fizemos com que eles concordassem, bem rápido, com um texto que resolvia o problema do nascimento dos Partidos, mas logo nos bloqueámos com o problema de quem deveria, mais tarde, certificar-se de que essas características existiam, ou não. Foi um problema que depois chamámos de problema do carimbo, ou seja, quem tinha que colocar esse carimbo na existência desses princípios. Infelizmente não era possível resolvê-lo e a RENAMO de novo disse: “Nós não reconhecemos o Governo.”

É de lembrar que a RENAMO sobre esse ponto fez um processo de maturação gradual e lento, muito importante, porque dessa posição inicial de rejeição total à legitimidade, e de apresentação até - nunca aconteceu na mesa, só nos corredores – de dois textos constitucionais alternativos que se pretendia colocar à votação. Chegou depois, antes a aceitar um raciocínio nas negociações, e depois chegou até, através de mecanismos que explicaremos mais tarde, a entrar no sistema de Moçambique, assim como estava.

Mas naquele momento tudo isso não estava ainda maduro. Portanto, deparámo-nos com uma situação que parecia irresolúvel. Eu lembro-me que tentei convencer Domingos, utilizando a sua experiência como desenhador ferroviário. Então, dei-lhe um exemplo, baseado numa velha invenção de Aldo Moro<sup>42</sup> que nos anos 60 falava das convergências paralelas; disse-lhe que ele sabia que as travessas ferroviárias são separadas, mas que não podem nem unir-se, nem separar-se completamente e que um trilho era representado pela legitimidade do Governo que ninguém podia colocar em discussão, porque o Governo tinha sempre tido uma cadeira na ONU, sempre teve o controlo da capital e das capitais regionais e, portanto, tinha uma sua legitimidade indiscutível.

Aquilo que o diferenciava do caso do Camboja que, ao contrário da RENAMO, com uma sugestão de um consultor Americano, Bruce Fayne, havia-se tentado introduzir um Governo que tivesse Ministros mais importantes e nomeados pela ONU. Mas o outro trilho podia ser representado pelas

---

<sup>42</sup> Aldo Moro (Maglie, 23 de Setembro de 1916 — Roma, 9 de Maio de 1978) foi um jurista, professor e político italiano. Ocupou por cinco vezes o cargo de Primeiro-ministro da Itália. Membro activo da Igreja Católica, foi um dos líderes mais destacados da Democracia cristã na Itália. Sequestrado em 16 de Março de 1978 pelo grupo guerrilheiro Brigadas Vermelhas, foi assassinado depois de 55 dias de cativeiro.

garantias internas e internacionais que fossem concordadas nas negociações. Esse conceito Raul começou logo a entender, mas o problema era fazê-lo entender a Dhlakama. Uma diferença fundamental entre a delegação da FRELIMO e a da RENAMO era que a FRELIMO tinha um contacto permanente com o Presidente Chissano, já a RENAMO, apesar do seu pedido ao Ministério das Relações Exteriores para que providenciasse a uma linha de conexão com Gorongosa, havia maiores dificuldades e isso pareceu-me claro no meu primeiro encontro com Dhlakama. Ele queria sempre ter a última palavra, queria demonstrar, concretamente, que não era Domingos, em Roma, que decidia, somente ele vindo a Roma, ou ao Malawi, podia dar a palavra final.

**P.: Como é que enfrentaram e resolveram o problema do reconhecimento mútuo? Esse problema também levou a alguma tensão entre os mediadores, certo?**

MR: Nessa situação tentámos resolver o problema de reconhecimento dos Partidos dando à RENAMO um *status* especial de Partido que era também um movimento de guerrilha e, portanto, estabelecendo, como previsto no Acordo, que com a assinatura do Acordo de Cessar-fogo, a RENAMO adquiriria, automaticamente, um *status* de Partido político.

Todavia, a RENAMO, como demonstração de que o problema era maior, disse que isso não era suficiente, porque não aceitava, nem mesmo em relação aos Partidos novos que estavam nascendo, que a FRELIMO tivesse o poder de decisão. Portanto, isso confirmou a necessidade de haver um esclarecimento com Dhlakama. Esse esclarecimento iniciou-se durante uma visita que fizemos ao Malawi, no mês de Maio, onde a ocasião era aquela de ajustar alguns pontos da agenda.

Como foi fácil na reunião alcançar esse acordo com Dhlakama que, rapidamente, aceitou a nossa proposta, eu achei que fosse oportuno avançar sobre essa via e pedir, abertamente, a Dhlakama para discutir o problema do reconhecimento recíproco, porque a minha convicção era que sem discutir esse problema a negociação não poderia ir adiante. Isso levou ao único momento de discussão, de tensão, entre nós mediadores, porque Dom Jaime tinha medo, tendo vivido a experiência em Nairóbi, quando esse problema interrompeu as negociações e fracassou. Ele primeiro falando nos nossos ouvidos, depois publicamente, disse que não era preciso discutir esse tema. Então, quando voltámos para o hotel tivemos uma discussão, à qual participou obviamente Dom Matteo, onde eu insisti que era necessário resolver esse problema, senão corríamos o risco

de fazer como aquelas domésticas que colocam o lixo debaixo do tapete até que se chega a um ponto em que há o risco de tropeçar-se.

Fiquei triste com essa discussão, porque é preciso lembrar que entre nós mediadores tinha-se estabelecido não só um clima de grande cooperação – de facto, esse foi o único momento de discussão – mas também porque foi reforçado um vínculo humano. Quando se trabalha junto, durante um longo período, cria-se uma relação de amizade que, de facto, dura até hoje.

Portanto, quando voltei para Roma decidi que era preciso, por um lado, reiterar a presença formal do Governo Italiano, do Ministério das Relações Exteriores e, por outro lado, encontrar uma solução que contentasse essa exigência de um reconhecimento, numa forma aceitável. Por isso, falando com o Secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, decidimos que a partir daquele momento, qualquer ronda de negociações começaria e terminaria em Villa Madama, que é a sede mais prestigiosa da política externa Italiana e continuando mais tarde as negociações em Sant'Egídio, pela importância da escolha da sede que tínhamos feito, que era correcto de se manter.

Depois tentei elaborar uma solução para esse problema do reconhecimento. A solução foi aquela do preâmbulo, principalmente, a primeira parte, porque mais tarde as duas últimas frases foram acrescentadas durante as discussões. Aquele mecanismo de mútuo reconhecimento indirecto era uma solução que depois se revelou decisiva, mas, por outro lado, não tão fácil de se negociar com as duas partes, tão desconfiadas.

Portanto, naquela altura decidi fazer uma coisa que ninguém nunca soube, excepto a parte governativa, ou seja, de fazer um acordo antes com a componente governativa, para se haver uma segurança de que uma das duas partes aceitava tal lógica. Depois poder negociar com a outra parte a insegurança e assim foi. Fui falar com Guebuza e com a delegação da FRELIMO, que por sua vez estava muito preocupada, porque as negociações estavam demorando e não se havia uma solução sobre essa questão crucial. Após uma discussão complexa, o Governo entendeu que era preciso aceitar um compromisso e me deu sinal verde para levar adiante essa tentativa.

Nessa altura falei com os outros dois mediadores, obviamente, apresentando-lhes essa proposta e eles concordaram imediatamente, porque naquele ponto a discussão que tínhamos tido já estava superada.

Portanto, apresentámos essa proposta formalmente a ambas as partes. Isso favoreceu a retomada das negociações. A parte do Governo, evidentemente, foi a de desempenhar um papel, de criar algum problema, de fazer alguma objecção, mas, substancialmente, tendo uma atitude positiva. A RENAMO como sabemos não tinha o poder de decisão em Roma e então as bases foram comunicar isso a Dhlakama, dessa vez com uma proposta precisa.

Assim, quando chegámos a Lilongwe no Malawi, para esse encontro com Dhlakama, graças à iniciativa que Incisa havia tomado e, inclusive, assumindo riscos pessoais, não é fácil fazer aquilo que ele fez. Encontrámos um Dhlakama que, obviamente, não tinha superado completamente as duras objecções que havia expressado inicialmente, seja a Raul Domingos, quando lhe tinha enviado de Roma a proposta, seja mesmo ao Embaixador Incisa durante o encontro deles. Todavia, a discussão tinha sido facilitada por esse trabalho que durou um mês e meio, porque, digamos, a primeira apresentação do preâmbulo, às duas partes, que foi feito no dia primeiro de Agosto e estávamos já na metade de Setembro. Durante a longa discussão ficou claro que era preciso adicionar uma outra concessão. Como sempre acontece é difícil que uma parte aceite automaticamente aquilo que é proposto, embora se convença mais tarde da boa-fé.

As duas coisas que adicionámos foram: uma a possibilidade dos mediadores irem à Gorongosa, não de modo improvisado, como fez aquela vez o Embaixador, mas de modo mais legítimo e, por outro lado, a possibilidade de Dhlakama poder realizar missões no exterior sem que o Governo criasse problemas, desde que essas missões fossem relacionadas às actividades de Paz, de pacificação, de reconciliação.

Depois houve, inclusive, um episódio engraçado, porque dadas essas duas concessões e, portanto, tendo quase alcançado o objectivo, Dhlakama estava relendo as frases desse preâmbulo e quando chegou ao ponto onde se dizia que em troca do empenho do Governo em não aprovar leis, ou de não usar leis existentes que contrastassem com o que fosse acordado em Roma e, por outro lado, a RENAMO se comprometia em conduzir a própria actividade política, no âmbito das instituições políticas do Moçambique, como existentes naquele tempo, com os condicionalismos previstos pelo Acordo, Dhlakama lia o documento com uma certa dúvida, quando disse: “Conduzir actividade política?” Eu disse: “Não, não Presidente, luta política, porque a RENAMO está lutando”. Essa simples palavra foi quase que a última gota que o levou a dizer: “Sim, eu concordo.” De facto, no

texto vigente tem essa palavra estranha de “conduzir a luta política” que não é uma palavra normalmente usada num acordo diplomático.

**P.: Houve uma tentativa de se realizar um encontro presidencial em Gaborone. O que se passou?**

MR: Como nessa altura todos reconhecem a aprovação do preâmbulo, que depois desse encontro de Lilongwe, acontece em Roma no âmbito das negociações, obteve o resultado de otimizar, finalmente, depois de meses de espera, as próprias negociações. Portanto, rapidamente foi aprovado o acordo entre os Partidos.

Depois discutiu-se de modo muito construtivo e positivo a lei eleitoral. Porém, depois de algum tempo, as negociações começaram a perder dinamismo e houve, de novo, o problema dos tempos que se alongavam. Nesse contexto aconteceu um facto importante, porque houve um encontro em Gaborone entre Mugabe<sup>43</sup> e Dhlakama. Os dois já se tinham encontrado antes, meses antes e, curiosamente, verificou-se uma espécie de entendimento pessoal, que havia surpreendido os observadores internacionais, porque, evidentemente, Mugabe era um líder que tinha tropas em Moçambique e, portanto, esse entendimento era um facto que tinha surpreendido.

Esse segundo encontro teve uma característica mais política, porque dali nasceu a ideia de que se começou a falar em vários ambientes, de haver um encontro directo entre Dhlakama e o Presidente Chissano. Obviamente, essa era uma notícia muito importante, mas que era usada por alguns como maneira instrumental para afundar as nossas negociações. A imprensa Portuguesa falava disso como o fim das negociações de Roma, porque, finalmente havia uma deslocação para África, com outros interlocutores.

Evidentemente isso preocupou-nos, não pelo facto em si, porque se outros tivessem encontrado uma outra solução mais rápida que a nossa, teríamos ficado contentes do mesmo jeito. Mas porque nós pensávamos que as coisas não eram assim tão simples como eram apresentadas, até mesmo porque esse encontro tinha sido organizado por detrás dos bastidores por Tiny Rowland<sup>44</sup>, que era

---

<sup>43</sup> **Robert Gabriel Mugabe** (Kutama, Harare, 21 de Fevereiro de 1924) é o actual Presidente do Zimbabwe. Lidera o país desde 1980, primeiro como Primeiro-ministro e, desde 1986, como Presidente com poderes executivos.

<sup>44</sup> **Roland "Tiny" Rowland** (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhou fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controlo do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

um *businessman* certamente influente, que tinha interesse em vários países e, com certeza, não se tratava de um *owner's broker* [chico-esperto] como se diz em termos diplomáticos internacionais.

Então quando a coisa se torna oficial, e sabíamos que se falava concretamente desse possível encontro, acordado com os mediadores, eu telefonei ao Presidente Chissano e disse: “Presidente, certamente, estamos contentes que haja um encontro directo, porque isso, claramente, é um passo importante, mas queríamos que isso acontecesse no quadro das mediações. Logicamente, o encontro mais tarde pode até ser feito sem a nossa presença, se isso for mais útil, porém, se ele não for realizado dentro do quadro negocial existente, pode tornar-se perigoso para o processo de Paz, para aquilo que vocês procuram, porque claramente não é possível haver esse processo fora das negociações e, depois, simplesmente, voltar às negociações se as coisas não andarem bem.”

O Presidente entendeu essa objecção e disse: “Certamente podemos fazer o encontro em Roma.” Naquela altura, inclusive, perguntei-lhe quais eram as suas expectativas. Ele replicou que sabia, que tinha tido confirmações por parte de Mugabe que seria assinado o cessar-fogo. Isso não nos convencia, as informações que tínhamos nós eram diferentes, tanto que na véspera do encontro que aconteceu em Agosto em Roma, na sede formal de *Villa Madama*, nós tivemos um encontro com os interlocutores Americanos – como sempre nesses momentos particularmente delicados – e também as informações que os Americanos tinham eram as mesmas e que não haveria absolutamente um cessar-fogo. Portanto, era importante haver uma espécie de plano B, uma alternativa para impedir que esse resultado, potencialmente importante, se demonstrasse um desastre para as negociações.

Tudo isso nem sempre com uma atenção benévola da imprensa e de alguns observadores internacionais de que falei antes, que cresceu. Tanto que eu, pela primeira vez, fui convocado ao Ministério das Relações Exteriores e me foi pedido que fizesse uma conferência de imprensa com o porta-voz do Ministro do lado, na sede da *Farnesina* [Ministério das Relações Exteriores], para a imprensa internacional, onde nós esclarecemos o que acabou de ser explicado, que éramos completamente favoráveis, no âmbito do acordo, em hospedar esse encontro.

### **P.: O que se passou no primeiro encontro entre Chissano e Dhlakama?**

MR: Na mesma noite antes do encontro, Dhlakama encontrou-nos, vimo-lo no jantar, com os mediadores confirmou-nos que não tinha nenhuma intenção de assinar o cessar-fogo. Nessa altura

o plano B que tínhamos confirmado com os Americanos e que consistia em usar essa ocasião para que os dois Presidentes estipulassem uma data certa para o fim das negociações, o *deadline* das negociações, foi a solução alternativa que nos permitiu superar esse momento difícil.

De facto, na manhã seguinte, Chissano chamou-nos, aos três mediadores e comunicou-nos aquilo que, de alguma forma, já sabíamos, que não havia acordo, e portanto, começamos a trabalhar imediatamente com a delegação Zimbabueana, com o Primeiro-ministro Mocumbi<sup>45</sup> e com as duas partes, para formalizar aquele compromisso alternativo que tínhamos elaborado. Isso foi feito, aliás, o documento final além de conter esse empenho de concluir até o dia primeiro de Outubro as negociações, resolveu também um outro problema que era o da Constituição, que era um problema levantado pela RENAMO, depois do acordo de reconhecimento recíproco, porque, evidentemente, além daquilo que o preâmbulo previa, a RENAMO continuava a dizer que na Constituição haviam alguns artigos perigosos e que, portanto, esses artigos tinham que ser abordados, discutidos no novo Parlamento.

Esse pedido de haver de forma preliminar, o novo Parlamento empenhado em rever a nova Constituição, era rejeitado formalmente sem discussões por parte do Governo, que não queria vincular a nova assembleia. Até mesmo porque, defendia o Governo, que a nova Constituição previa já um mecanismo de modificação. Obviamente, esse mecanismo requeria uma maioria de dois terços. Era um mecanismo que garantia a possibilidade de modificar a Constituição.

A RENAMO então, num encontro com Dhlakama em Gaborone, mudou a tática e apresentou um documento onde alguns artigos, 23 se não me lembro bem, eram marcados como potencialmente perigosos e dos quais se pedia a suspensão. O documento com a declaração dos dois Presidentes, da FRELIMO e da RENAMO, resolve esse problema, porque depois de assumir esse empenho em encerrar as negociações no dia primeiro de Outubro, acrescentaram que o preâmbulo estava reconfirmado e que valia também para os 23 artigos contestados pela RENAMO.

Portanto, demonstrava-se, novamente, a validade dos princípios contidos no preâmbulo, que aquilo que era contido nos actos concordados durante as negociações tinha um valor superior às leis existentes em Moçambique. Tanto que, na mesma declaração foi acrescentado que uma vez

---

<sup>45</sup> **Pascoal Mocumbi** (nascido a 1941) é um médico e político moçambicano. Foi Ministro da Saúde, dos Negócios Estrangeiros (entre 1987 e 1994) e Primeiro-ministro do Governo de Moçambique de 1994 até 2004.

assinado o Acordo de Paz, esse acordo deveria ser ratificado pelo Parlamento Moçambicano para que se tornasse completamente efectivo.

Também nesse caso houve um daqueles episódios que justamente fogem da diplomacia tradicional, porque tal previsão fez com que Dhlakama tivesse algumas dúvidas porque disse: “Esse é o Parlamento da FRELIMO, nós nunca o reconhecemos.” Eu procurei usar essa sua atitude negativa em relação ao Parlamento de forma positiva, dizendo: “Mas Presidente pense que no final o Parlamento que o senhor não aceita será obrigado a aprovar os acordos que vocês alcançaram.” Essa perspectiva fez-lhe mudar de ideias e esse elemento foi colocado e tornou-se uma parte fundamental desse acordo.

No mesmo documento, enfim, confirmou-se o resultado obtido pelo documento chamado preâmbulo, que era a previsão de que para verificar a correcta implementação de todos os acordos feitos, seria instituída uma espécie de comissão internacional com a participação das Nações Unidas. Aqui também, além de garantir uma garantia importante para a RENAMO, tornou-se um mecanismo que mais tarde foi crucial nos anos de implementação para haver um instrumento no qual as dificuldades ou posições diversas pudessem ser imediatamente tratadas de forma diplomática e política, evitando um agravamento do problema.

Obviamente, a conclusão positiva desse encontro, de uma certa forma, histórico, porque os dois Presidentes nunca se tinham falado antes, criou entusiasmo em Moçambique, na comunidade internacional e em nós, mediadores. Até mesmo porque, obviamente, falámos de tratados, diplomacia, de discussões técnicas, mas por detrás disso tudo, quando parávamos para pensar no país, lembrávamo-nos que havia pessoas reais, de carne e osso, com os seus temores, as suas esperanças, as suas expectativas.

Portanto, esse encontro que teve também alguns aspectos muito humanos: o líder da RENAMO que se dirigia ao Presidente chamando-o de Presidente, Chissano que tinha chamado Dhlakama de irmão. Essas coisas em Moçambique tinham um efeito miraculoso, porque essas duas pessoas que quando se encontram se tratam dessa forma, dá-se a entender que a Paz estava na esquina.

**P.: Sobre os três problemas que se levantarem logo depois do primeiro encontro mas antes da assinatura: polícia, segurança e o controle das áreas libertadas. Que tem a dizer-nos?**

MR: Os problemas pendentes eram muito complicados, porque se referiam a questões militares e de segurança. Sobretudo uma questão que não estava presente no momento, mas que foi levantada mais tarde, foi a questão do controlo da autoridade que deveria controlar as áreas em que a RENAMO era prevacente.

Portanto, no início, na onda do entusiasmo, as delegações trabalharam bem, inclusive, no meio tempo as questões que poderiam parecer mais espinhosas, que eram aquelas ligadas à metodologia do cessar-fogo, mas foi resolvida muito rapidamente por um trabalho técnico, graças também à ajuda dada também pelos observadores que entraram naquele momento nas negociações. Eram observadores técnico-militares, não só Italianos mas também Americanos e Portugueses, que foram realmente preciosos no elaborar rapidamente uma solução técnica do problema do cessar-fogo, do desarmamento, etc.

Porém, para além dessas questões técnicas havia também questões políticas, em particular, para a RENAMO, o papel da polícia secreta, que, logicamente, para a RENAMO era um grande problema, dado que o papel que essa detém em qualquer país, em acções contra o terrorismo; também em outras questões relacionadas ao número do novo exército que tinha de ser construído, porque ali também havia duas abordagens diferentes. Infelizmente, as duas delegações não conseguiram concordar muito mais que isso.

Por isso, da nossa parte, decidiu-se, visto que o tempo corria, enviar uma carta aos dois Presidentes convidando-os a encontrarem-se directamente e a resolverem esses problemas directamente. Isso aconteceu por volta de meados de Setembro, os dois se encontraram em Gaborone. Porém, isso foi um pouco a confirmação da nossa posição correcta sobre o primeiro exemplo de Gaborone, porque esse encontro realizado sem a presença não só de mediadores, mas também de testemunhas, levou, na realidade, mais tarde a uma outra complicação, porque no final das contas houve informações separadas, o Governo em Maputo emitiu um comunicado, a RENAMO emitiu um outro e os dois comunicados ainda que parecidos, tinham diferenças, que foram mais tarde utilizadas, por uma parte e por outra, num polémica nascida, provavelmente, do facto que Dhlakama nesse encontro solitário tinha concedido – na onda do entusiasmo, da vontade de alcançar um acordo – mais do que aquilo que estava maduro na RENAMO, naquele momento.

Portanto, como acontece em outras negociações, não existindo um documento conjunto e assinado por testemunhas, houve uma contestação do sentido real atribuído às decisões tomadas e a

RENAMO voltou para trás, negando a validade daquele acordo, e teve que se reabrir uma negociação que aconteceu em Roma com a presença do Embaixador Incisa, que tentou resolver o problema.

**P.: Houve pressão da imprensa Portuguesa para que a negociação fosse transferida para Lisboa?**

MR: Como foi dito, sempre que as negociações pareciam diminuir o ritmo, a críticas e as tentativas de intromissão apareciam imediatamente. Em Junho de 1991 a pressão por parte da opinião pública e da imprensa Portuguesa, para que Portugal tivesse um papel maior, cresceu notavelmente. Ao ponto que Herman Cohen pediu-me para que o encontrasse em Lisboa, para discutir esse problema e ver como enfrentá-lo.

Portanto, no encontro concordámos que não era positivo associar Portugal, ou outros países, mas Portugal naquela altura era o tema, nas negociações. Até mesmo porque o Governo não queria ter, naquele momento, outros interlocutores, porque podiam complicar a coisa, principalmente Portugal do qual era ex-colónia. A RENAMO, por outro lado, como queria demonstrar um distanciamento da África do Sul queria ao mesmo tempo demonstrar que não era protegida por Portugal; mas, por outro lado, concordámos que era preciso dar uma resposta a essas exigências compreensíveis de um país que tinha e tem interesses naquela região.

Portanto, concordámos uma solução que eu, quando encontrei dois dias depois a apresentei a Durão Barroso<sup>46</sup>, que era Ministro das Relações Exteriores e que se tratava, basicamente, de explicar a impossibilidade de se modificar a fórmula naquele momento, mas de se estabelecer a partir daquele momento, que uma vez superados os pontos políticos da agenda nos quais estávamos empenhados, viriam logo depois os pontos militares e ali podíamos ter a presença de Portugal, como um dos três, ou quatro, países que assistiriam às negociações, dando uma contribuição sobre essas questões específicas e muito importantes. Basicamente, era um empenho que, por um lado, dava imediatamente a segurança de que Portugal teria um papel e, do mesmo modo, evitava essa questão recorrente de se alargar a mediação.

---

<sup>46</sup> José Manuel Durão Barroso (Lisboa, São Jorge de Arroios, 23 de Março de 1956) é um político, professor e gestor português, actual Presidente do Banco Goldman Sachs International. Foi Primeiro-Ministro de Portugal de 2002 a 2004 e 11º Presidente da Comissão Europeia de 2004 a 2014. Foi Subsecretário do Ministério dos Assuntos Internos, em 1985, e Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1992.

Eu recordo que passei o fim-de-semana discutindo essas coisas, porque o Presidente Soares<sup>47</sup> me convidou, através da Embaixada Italiana, para um pequeno-almoço na sua casa no interior, não de modo formal, porque o Presidente não podia fazer isso, mas num clima informal, informar-se sobre as negociações. Mais tarde quando fui ao escritório de Barroso, lembro-me que saindo já com o acordo alcançado entre nós dois e que nos apresentámos à imprensa, eu fiquei surpreso porque não parecia um enviado normal, mais parecia um Ministro das Relações Exteriores, porque a imprensa Portuguesa estava presente massivamente, algo que eu tinha visto somente na televisão, em encontros muito importantes.

**P.: Sobre os problemas de última hora, como o problema de Dhlakama que não chegava, o que nos tem a dizer?**

MR: Com a data fatídica para o primeiro de Outubro que se aproximava, obviamente, a tensão crescia porque restavam alguns problemas em aberto, não havia acordos detalhados alcançados nesses temas. Circulavam propostas consideráveis que resolviam os vários temas, todas baseadas no princípio de reconhecer, por um lado, a autoridade e legitimidade do Governo, mas, pelo outro, de colocar condicionalismos, principalmente, usando o instrumento das comissões que tinham o direito de verificar o comportamento desses órgãos do Estado, como a polícia e os serviços secretos.

Também prevendo no âmbito do quadro institucional que a comunidade internacional fosse uma espécie de sede de apelo em caso de insatisfação das partes. Mesmo para a eleição era prevista uma Comissão Nacional com a presença da RENAMO, para conduzir o processo eleitoral e, do outro lado, a Comissão Internacional que deveria julgar a transparência e legitimidade do voto.

Porém, Dhlakama, por razões talvez inerentes ao debate interno da RENAMO, não se sentia pronto, seguro e nos últimos dias propôs-nos mudar a data. Houve também uma intensa actividade internacional, novamente Cohen interveio escrevendo uma carta a Dhlakama pressionando-o para que se respeitasse a data. Mas Dhlakama usando uma abordagem que era típica da RENAMO, de

---

<sup>47</sup> **Mário Alberto Nobre Lopes Soares** (Lisboa, 7 de Dezembro de 1924 – Lisboa, 7 de Janeiro de 2017) foi um político português, co-fundador do Partido Socialista, sendo ainda Ministro de alguns dos governos provisórios a seguir à Revolução de Abril. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros, de Maio de 1974 a Março de 1975, em Portugal e um dos impulsionadores da independência das colónias portuguesas, tendo sido responsável por parte desse processo. Foi Primeiro-Ministro dos I, II e IX governos constitucionais. Foi Presidente da República durante dois mandatos, entre 1986 e 1996.

dizer que é melhor dar um passo de cada vez, para estarmos certos de... disse: “No final das contas eu peço para mudar a data para que estejamos certos de que concluiremos positivamente.”

Mas, entre nós, nos consultámos e decidimos que não era possível considerar uma outra data, porque podia crescer uma certa frustração, após dois anos e quase 4 meses de negociação. Portanto, escrevemos uma carta a Dhlakama onde, substancialmente, lhe dizíamos: “Você tem todo o direito de vir a Roma e pedir ainda esclarecimentos, levantar problemas, para ajustamentos se for preciso, mas você tem de fazê-lo aqui, tem que fazê-lo respeitando o empenho que assumiu. Se não o fizer isso é um golpe muito grave, que pode ser mortal para a negociação.” Essa nossa posição dos mediadores foi depois reiterada por Dom Jaime que além de ter assinado a nossa carta dos mediadores, mandou uma sua carta pessoal para Dhlakama, com argumentos adicionais.

Por outro lado, foi feito um comunicado pelo Ministério das Relações Exteriores, esse também muito preciso, onde se evidenciava também o facto que as delegações internacionais tinham já confirmado a presença em Roma e que diante de uma rejeição de vir à Roma se criaria uma situação desagradável. O problema era também levar a Dhlakama essa mensagem de modo mais incisivo. Vimos que esse não era o caso de Raul Domingos que, evidentemente, o tínhamos colocado em uma situação embaraçosa ao pedir-lhe que fosse o actor dessa posição assim tão dura e pela primeira vez de uma certa forma ultimata. Então foi mais uma vez o Embaixador Incisa que assumiu essa tarefa e foi falar com Dhlakama. Recordo que já no último dia, na véspera.

**P.: Nos últimos dias antes da assinatura, Dhlakama não estava reagindo bem porque também pedia à comunidade internacional ajuda económica e não havia resposta. Como enfrentaram a situação?**

MR: Uma outra preocupação que a RENAMO sempre teve durante as negociações, não eram só de condições de garantias políticas, de liberdade de movimento, liberdade de expressão, mas também a garantia de ter os meios para poder conduzir uma campanha política.

A RENAMO usava frequentemente o argumento que a comunidade internacional financiava abundantemente com a Cooperação o Governo, enquanto a RENAMO, com excepção duma ou outra ajuda pequena, como aquele que tínhamos dado durante a negociação, não tinha uma capacidade autónoma. Portanto, não podia reger a confrontação com o Aparelho de Estado que, de acordo com a RENAMO, estaria do lado da FRELIMO. Por isso nós tínhamos colocado nos

acordos a previsão, na Lei sobre os Partidos, que houvesse um mecanismo para financiar as actividades políticas dos Partidos, como uma espécie de financiamento público. Porém a RENAMO queria algo além disso, que reconhecesse o papel especial que existia entre os partidos de oposição. Isso foi resolvido com uma negociação que teve lugar depois da assinatura dos acordos na Conferência dos Doadores, com a criação do famoso *TrustFund* que pela primeira vez, de modo muito inovador, previa que no Acordo de Paz houvesse um financiamento específico para a actividade política. Isso foi feito durante a conferência dos doadores, com um acordo entre Raul Domingos e Guebuza e assinado também pelo então Subsecretário das Relações Exteriores Italiano, como testemunha da assinatura o acordo.

**P.: Agora podemos ir aos últimos dias e pedir-lhe para nos contar o que se passou...**

MR: Recordo ainda que no dia anterior, do dia primeiro de Outubro, quando ainda não sabíamos a resposta de Dhlakama, à noite, Chissano me chamou ao seu hotel e ficamos ali à espera da ligação do Embaixador Incisa. Havia uma tensão que nunca me esquecerei. Obviamente o Presidente Chissano respeitando o acordo e vindo antecipadamente para Roma, tinha assumido um risco de – naquele momento, ambos nos dávamos conta – se Dhlakama não viesse, ele ficaria em Roma sozinho, claro que Dhlakama teria denegrido a sua imagem, mas também para o Presidente Chissano seria bastante embaraçoso voltar à Maputo de mãos vazias, depois de ter esperado tantos dias.

Portanto, quando o telefone tocou na suíte de hotel de Chissano, evidentemente, era como se estivéssemos jogando póquer, abrir as cartas e ver se temos uma mão com uma boa pontuação, ou ver se o *bluff* tinha, ou não, funcionado. Lembro-me que olhei – porque, obviamente, sendo a suíte de Chissano foi ele quem respondeu ao telefone – para o rosto de Chissano e quando o vi sorrir e me passou o telefone dizendo que estava resolvido, eu ouvi apenas a voz do Embaixador Incisa, porque já tinha a resposta de Chissano. Depois ele tirou do minibar uma garrafa de *whisky* que me lembro, inclusive, da marca *Dimple* e bebemos um *whisky* cada um. Esse foi o meu último *whisky*, porque há muito tempo que não bebo isso em homenagem àquela ocasião.

Dhlakama chegou depois dessa ligação das 11 da noite, chegou num avião cedido por Tiny Rowland e, portanto, formalmente respeitou a data do primeiro de Outubro e a condição que como mediadores tínhamos colocado na carta: “Você pode levantar alguns problemas, desde de que

respeite o primeiro de Outubro.” Portanto, do dia primeiro ao dia quatro de Outubro, houve três dias de negociações conduzidas dia e noite sobre esses textos, indo de um hotel para o outro, com textos que eram continuamente modificados, passando uma noite inteira ao telefone com o Presidente Chissano de um lado, e Dhlakama e Raul Domingos do outro.

Portanto, a uma certa altura, os problemas pareciam resolvidos, graças também a uma contribuição pessoal de Chissano que elaborava propostas que levavam em consideração pedidos da RENAMO e que nos consentia de apresentá-las como propostas da mediação. Porém, até à última tarde, quando estávamos certos do resultado, aconteceu um facto novo. A RENAMO questionou um tema já levantado, mas não tão duramente, sobre o controlo das áreas que tinham controlo militar da RENAMO, de modo prevalecente.

Esse tema também foi levantado, porque havia acontecido um facto duma certa importância. Os famosos acordos Angolanos que foram assinados muito velozmente, antes de nós e que tinham levado mais tarde às eleições e nas eleições, a UNITA perdeu, o que levou a uma retomada da guerra que durou ainda muitos anos. Mas, principalmente, a UNITA atribuiu a perda ao facto de que havia consentido ao Governo o controlo sobre as áreas que eram predominantemente da própria UNITA. Inclusive, num encontro em que tivemos com Pik Botha, o Ministro das Relações Exteriores Sul-africano, entendemos que esse tema se tornou importante, porque ele mesmo nos disse: “Na minha opinião, depois daquilo que aconteceu em Angola, a RENAMO não vai assinar, se ela não tiver a garantia de que será ela mesma quem controlará as suas próprias áreas.” Foi assim que aconteceu, porque quando vimos Dhlakama sobre esse último ponto, ele demonstrou estar realmente muito agitado e desejoso de se ter uma solução.

Obviamente, Dhlakama tinha dificuldades em contestar aquilo com que já havia concordado. Novamente volta-se ao preâmbulo porque, obviamente, tendo aceitado aquele mecanismo do preâmbulo, Dhlakama não podia concordar com a existência de duas administrações no mesmo país. De facto, nas suas propostas sejam escritas ou nas discussões, ele esclarecia *a priori* dizendo: “Eu não estou pedindo duas administrações, porque entendo que isso não é possível. Peço porém, que nas áreas de controlo da RENAMO nós não sejamos governados directamente pela FRELIMO. Isso abriu um caminho para a solução. Porque nós dissemos: “Então, nessa altura, você pode reconhecer ao Governo o direito de nomear os administradores e nós podemos pedir que os administradores sejam escolhidos no âmbito das pessoas que representam a RENAMO”. Isso,

depois com várias passagens, foi a solução final e que, mais tarde, vem a ser corrigida num encontro entre os dois durante a implementação do Acordo, demonstrando que a lógica de se ter depois um mecanismo de adaptação estava destinada a funcionar.

Porém, foi uma discussão, em algum momento, também tensa. Dhlakama, às vezes, chamava Raul Domingos e outros para fazê-los participar da responsabilidade de se aceitar uma solução, coisa que nunca tinha feito anteriormente. Também nós usámos argumentos de várias naturezas, *Stick and carrot*<sup>48</sup> como se diz em gíria. Então, por um lado nós enfatizámos que na nossa proposta era previsto que se surgissem problemas na escolha desses administradores, a RENAMO (a administração local) podia apelar ao Ministro, que era o Aguiar Mazula, um dos membros da delegação da FRELIMO, mas que, todavia, tinha sempre demonstrado uma boa compreensão em relação aos pedidos da RENAMO. Portanto, mostrámos-lhes que havia uma espécie de garantia, também por parte da autoridade governativa. Por outro lado, havia uma pressão. A uma certa altura eu disse a Dhlakama: “Nem pense em voltar para a floresta e recomeçar a guerra, porque o mundo mudou, funcionar como um movimento que luta contra o comunismo é uma etiqueta que não funciona mais, é um bilhete que se pode usar uma vez e que depois perder valor.”

### **P.: Ainda há um outro momento no último minuto em que lhe pregam uma partida...**

MR: Quando Dhlakama finalmente nos disse sim, que aceitava essa solução, estávamos quase no limite do tempo. Era já dia 3 de Outubro e com o Ministério das Relações Exteriores tínhamos concordado que aquele seria o dia da assinatura.

Então, o entusiasmo era tal que corremos até Chissano, obviamente, levando um texto que tinha sofrido algumas modificações, tínhamos o terror de que isso reabrisse a porta para se perder mais tempo. Portanto, de forma visivelmente agitada fomos ali e quase que brutalmente, dissemos: “Chissano esse é o texto, aqui está a Paz, porque Dhlakama está pronto para participar da cerimónia amanhã, não discuta mais, assine e pronto.” Essa maneira brusca fez com que Chissano entendesse a nossa agitação e ele respondeu de modo muito sério, dizendo: “Agora dêem-nos o texto que discutiremos entre nós e voltem em meia hora.”

---

<sup>48</sup> A abordagem “*Stick and carrot*” (vara e cenoura) é uma expressão que se refere a uma política de oferecer uma combinação de recompensas e punições para induzir o bom comportamento. A expressão é usada no campo das relações internacionais para descrever o conceito realista de “poder duro”.

Quando voltámos depois de meia hora, esperando com um certa apreensão, até porque não dormimos acho que por duas noites, então estávamos exaustos em vista do objectivo. A uma certa altura com uma cara ainda muito séria, disse-nos: “Infelizmente, tenho que dizer: ...nós assinamos.” Portanto, isso derreteu a nossa comoção, nos abraçámos, como tínhamos abraçado antes Dhlakama e os outros e, finalmente, pude ligar para o conselheiro Milani, que era o oficial de plantão do Ministério das Relações Exteriores, para dizer-lhe: “Muito bem, amanhã pode ser organizada a cerimónia.”

**P.: Pode falar sobre os momentos de emoção que sentiu naqueles dias?**

MR: A cerimónia de assinatura foi um momento culminante desse trabalho que durou 2 anos e 4 meses e foi também o momento mais emocionante. Para nós parecia que depois de termos trabalhado dia após dia, por mais de 2 dois anos, parecia quase impossível que isso realmente acontecesse. Portanto, continuámos a olhar para os dois líderes quase que incrédulos pois, finalmente, tínhamos chegado ao último minuto.

Além disso na cerimónia que tinha, inclusive, uma presença internacional muito significativa, depois do discurso do nosso Ministro das Relações Exteriores, dos dois Presidentes, tocou-me ocasião de falar, mas também a Riccardi e Dom Jaime, como mediadores. Lembro-me que, embora estivesse acostumado a falar em público, tive dificuldade de falar, a voz tremia, sentia quase que me escorriam as lágrimas. Era, com certeza, uma combinação de coisas, do cansaço e da comoção.

Portanto, lembro-me que numa certa altura, ouvindo os dois Presidentes agradecendo inúmeras vezes a Itália por aquilo que tinha feito, eu disse não, na realidade eu que quero agradecer-vos, porque vocês nos permitiram demonstrar, num momento difícil para a Itália – estávamos em 1992 com problemas políticos sérios – que a Itália é capaz de fazer isso também. Era uma coisa que sentia muito. Eu me sentia como representante político, essa vida dupla, de um lado os problemas políticos da Itália que explodiam e, do outro, a Itália que estava conduzindo uma mediação que depois veio a ser considerada como um caso de sucesso, entre os tantos insucessos na comunidade internacional. Depois concluí a minha intervenção fazendo uma alusão a um filme de Chaplin, no qual no final do filme *Charlot* se levanta, pega na mão de sua amiga e aponta para uma longa estrada poeirenta e diz, ou se faz entender com os gestos: “Nós vamos conseguir” (*Ce la faremo*). Recordando a imagem desse filme eu disse: “Gostaria que amanhã escutando sobre o acordo que

foi assinado, em algum vilarejo Moçambicano um casal possa levantar-se e dizer: “Nós vamos conseguir” (*Ce la faremo*). Não sabia que na verdade a cerimónia era transmitida em Moçambique, via rádio.

Portanto, terminada a cerimónia, após um grande almoço que tivemos, nós mediadores, num restaurante que não o citamos para não fazer propaganda, fui finalmente para casa e o telefone tocou e escutei o meu amigo Cabaço dizer: “Nós vamos conseguir (*Ce la faremo*)”, porque tinha acompanhado a transmissão e essa coisa me pareceu um outro sinal incrível do que tínhamos realmente conseguido.

**P.: Quais são os seus sentimentos numa situação, em que ao mesmo tempo que você sentia o que parecia uma tempestade, mas parecia também que você poderia desempenhar um papel importante na história?**

MR: A experiência como mediador que tive no processo Moçambicano, que depois me aconteceu repetir em outros contextos, era o desenvolvimento duma actividade internacional que havia feito durante anos, como representante do Governo no sector da cooperação, ou também no da política externa. É um desenvolvimento que mudou, mesmo profundamente, o meu modo de sentir e operar, porque era também a passagem de uma política externa concebida somente como relação formal entre Governos e instituições, a uma acção política, na qual o peso positivo que se podia dar, em ter como cobertura um Ministério das Relações Exteriores ou um Governo, se transformava em factos concretos que tinham um impacto na vida das pessoas.

Muito frequentemente na vida política e diplomática há uma distância enorme entre as coisas que se fazem e os resultados que se produzem. Portanto, corre-se o risco de que se tornem numa rotina também. Ao contrário, no caso de uma negociação desse tipo, onde justamente atrás das coisas escritas, há a vida das pessoas e se pressupõe que aquilo que se faz, ou não se faz, tem um impacto imediato sobre a vida real, isso de uma certa forma dá uma responsabilidade maior.

Mas, por outro lado, é muito mais bonito e é uma coisa que concretiza a ideia de unir o coração ao cérebro que foi a base da minha experiência, como sensação. Agora, finalmente, podia praticar também. Isso é uma coisa que não só acertou as contas com a minha vida política, mas também com a minha vida em geral, porque sendo um laico e não podendo contar com a força espiritual do plano do Além, para mim é muito importante aquilo que posso fazer no plano daqui. E esse

facto é uma parte desse processo que resolveu um grande problema do qual eu vi as consequências voltando a Moçambique muitas outras vezes. É uma coisa que consertou a minha balança.

**P.: Teve momentos em que se perguntou se estava a fazer a coisa certa?**

MR: Ter uma responsabilidade comporta também o facto que quando as coisas não funcionam pergunta-se sobre os passos que foram tomados, se a escolha foi certa. Nos momentos de frustração até mesmo as coisas que são sacrificadas, porque, obviamente, empregar tanto tempo num exercício diplomático, político ou de qualquer actividade, comporta renunciar a outras coisas, às relações familiares, ao próprio tempo para outras iniciativas. Porém, nunca se tornou um problema, porque, por um lado, era muito importante aquilo que se fazia, por outro lado, porque havia boa-fé. Desse ponto de vista o ser uma equipa de três, quatro pessoas, que de modo diferente viviam essa experiência em boa-fé e com um único objectivo, que era aquele de contribuir para que a situação se resolvesse, nos dava uma força que, provavelmente, em outros casos não teria.

**P.: Como é que conseguiu ganhar essa confiança no processo por parte dos que estavam trabalhando consigo?**

MR: A herança mais preciosa dessa experiência não foi somente a possibilidade de cada vez que volto a Moçambique de rever as melhorias que, de certa forma, são frutos desse processo de Paz e de não só encontrar pessoas com as quais se teve uma relação e que são cientes da contribuição que demos, mas também encontrar pessoas que não sabem nem quem somos nós, mas poder ver que naquelas vilas, naquelas vilas onde antes não havia pessoas, que tinham escapado para a cidade, onde podiam encontrar um pouco de comida, finalmente a vida voltava.

Em relação às relações com os líderes, a coisa mais importante é ver como após anos os laços de amizade permaneceram inalterados e o facto de que foram mantidos esses laços de amizade positivos, com todos os vários líderes. Como se chega a esse facto, me perguntei isso várias vezes, o ter a amizade e o reconhecimento por parte de pessoas que representavam interesses diversos. Creio que isso nasça quando se é um *honest broker* [mediador honesto], como se diz.

Um mediador ao contrário daquilo que se pensa normalmente, não quer dizer ter sempre bons laços com um e com o outro. Às vezes, pode também discutir e criar problemas com um ou com os

outros. Um mediador que dá sempre razão a diferentes interlocutores não é um bom mediador, porque evidentemente numa negociação há momentos em que é preciso forçar a situação.

Mas, se no final dessas negociações se verifica que a amizade com os vários interlocutores permaneceu intacta, então, isso quer dizer que se agiu de boa-fé e se agiu bem. Porque é evidente que durante uma negociação, as partes tentam sempre tirar o melhor proveito possível para si próprias. Mas quando agem de boa-fé, como foi o caso Moçambicano, procuravam realmente a Paz. Depois entendiam e reconheciam quando uma solução – que talvez ao princípio não parecia adequada – era eficaz para se alcançar o objectivo que todos compartilhavam.

O outro laço importante não é tanto com os líderes, mas com as pessoas, com os outros Ministros ou simples operadores de informação, ou simples Moçambicanos com os quais se estabeleceu um contacto e com os quais se tinha compartilhado a discussão durante os anos difíceis, durante os anos de negociações e é uma discussão que continua ainda nesses anos de Paz.

**P.: Sentiu que havia um sentimento de que as partes queriam chegar a um acordo?**

MR: Antes de tudo a condição indispensável para que uma negociação possa começar é que as partes em questão para continuar a perseguir os seus interesses, coloquem entre as suas opções a busca por um acordo. Não existe mediador que possa fazer o milagre de conciliar protagonistas que excluíram essa opção. Portanto, nesse caso as negociações tornam-se uma farsa em que o jogo da guerra continua. Isso eu percebi que era possível, depois de algum tempo. Claro, que por parte dos interlocutores havia uma vontade clara de tirar a vantagem máxima para si próprio, mas isso sempre foi feito tendo em conta o objectivo final, que era o de atingir um acordo.

**P.: Uma frase que você me disse foi que as crianças não entendiam os porquês da guerra... o que é a Paz para a nova geração?**

MR: Quando fui convidado para o 15º aniversário da Paz, o jornal Savana me solicitou uma entrevista. A pergunta era relativa às críticas que alguns jovens haviam feito, porque segundo eles o Governo havia organizado muitos dias de celebrações e se perguntavam que sentido tem fazer todas essas celebrações, qual é o resultado dessa Paz, o que nos trouxe? O jornalista pediu-me que eu respondesse a esses jovens. Eu disse: “Não lhes respondo, eu convido-os a virem comigo a

Mogadíscio e num dia entenderão imediatamente a importância da paz.” Porque disse que a Paz é como a saúde, só quando se perde se entende a sua importância.

**P.: O Acordo de Paz foi a coisa mais importante da sua vida?**

MR: Ser envolvido numa negociação que concerne à Paz é uma coisa que envolve não só o cérebro mas também o coração, um facto emotivo. É preciso manter a necessária frieza mas também é preciso deixar-se alimentar por essa consciência de que se está tratando com a vida das pessoas. Evidentemente isso pode levar a momentos exaltantes como aqueles que vivi em Moçambique, ou a momentos frustrantes como aqueles da minha experiência na Somália.

Por um lado, tenho a lembrança de aldeias Moçambicanos onde antes não se podia nem mesmo circular e agora estão cheias de vida. Meus olhos se enchem de lágrimas por realidade, das cores de um país, que embora com grandes dificuldades, com problemas de países em desenvolvimento, porém, se há realmente uma dinâmica de desenvolvimento, e por outro lado tenho aquela lembrança de mortes, tragédias na Somália, de cidades destruídas, de pessoas nos campos vivendo nos limites da condição humana.

Portanto, esse não foi só um caso de sucesso, mas foi para mim também uma grande satisfação que preenche a minha vida ainda hoje. É uma experiência que acertou as contas da minha vida. Se eu não tivesse sido Parlamentar, Subsecretário, não teria feito parte dessa história, e portanto a conta com a minha experiência seria negativa. Sendo uma pessoa que não acredita no plano de lá, tenho que fazer alguma coisa no plano daqui e essa é uma coisa que fiz e que é a coisa mais importante da minha vida.